

# A Igreja: Uma Visão Ecumênica

Tradução do original em inglês de  
Odair Pedroso Mateus e Marie Krahan

Revista por  
Walter Altmann

## NOTA DO TRADUTOR:

*O uso do masculino singular e plural neste documento, especialmente nas passagens sobre o ministério, é exclusivamente gramatical e não exprime nenhum julgamento teológico sobre o ministério da mulher na Igreja.*

## Prefácio

*A Igreja: Uma Visão Ecumênica* é um texto de convergência ecumênica baseado na visão bíblica da unidade cristã: “Porque assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo. Pois em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito” (I Co 12:12-13).

O propósito fundamental da Comissão de Fé e Ordem é “servir as igrejas que chamam umas as outras à unidade visível em uma só fé e uma só comunhão eucarística, expressa no culto e na vida comum em Cristo por meio do testemunho e do serviço ao mundo, e avançar rumo a essa unidade para que o mundo creia.” (Estatutos, 2012).

O objetivo do chamado mútuo à unidade visível significa necessariamente que cada igreja deve reconhecer as demais como expressões verdadeiras do que o Credo chama “a Igreja una, santa, católica e apostólica”. Ora, na situação anormal de divisão entre as igrejas, a reflexão sobre a natureza e a missão da Igreja suscitou a suspeita de que as diferentes eclesiologias confessionais não apenas divergem umas das outras, mas são irreconciliáveis. Por isso, o acordo em eclesiologia tornou-se há muito tempo o objetivo teológico mais importante na busca da unidade cristã. Este é o segundo texto de convergência ecumênica de Fé e Ordem. Ele tem origem no primeiro, *Batismo, Eucaristia e Ministério* (*Baptism, Eucharist and Ministry - BEM*), de 1982, e as respostas oficiais a ele, que identificaram áreas importantes da eclesiologia para estudo posterior. Ele procede igualmente das questões eclesiológicas suscitadas pelo texto de estudo *Um Só Batismo: A Caminho do Reconhecimento Mútuo* (*One Baptism: Towards Mutual Recognition*), de 2011.

Durante vinte anos, representantes oficiais das igrejas ortodoxas, protestantes, anglicanas, evangélicas, pentecostais e católica romana trabalharam juntos em uma Conferência Mundial de Fé e Ordem (1993), em três reuniões plenárias da Comissão de Fé e Ordem (1996, 2004, 2009), em dezoito reuniões da Comissão Permanente de Fé e Ordem, e em um sem-número de reuniões de redação do texto. O objetivo desse trabalho era oferecer uma visão global, multilateral e ecumênica da natureza, propósito e missão da Igreja. As igrejas responderam de modo crítico e construtivo a duas etapas no caminho de uma declaração conjunta. A Comissão de Fé e Ordem responde agora às igrejas com *A Igreja: Uma Visão Ecumênica* (*The Church: Towards a Common Vision*), sua declaração comum - ou de convergência - sobre

eclesiologia. A convergência alcançada em *A Igreja* é uma conquista ecumênica extraordinária.

O texto *A Igreja* está sendo enviado às igrejas para estudo e resposta oficial com dois objetivos distintos, ainda que inter-relacionados. O primeiro é renovação. Texto ecumênico multilateral, *A Igreja* não se identifica exclusivamente com qualquer tradição eclesiológica específica. Ao longo de um processo que durou de 1993 a 2012, as expressões teológicas e experiências eclesiais de muitas igrejas foram reunidas de tal modo que as igrejas que lerem este texto poderão se sentir desafiadas a viver de maneira mais plena a vida eclesial; outras poderão encontrar no texto aspectos da compreensão e da vida eclesiais que foram desprezados ou esquecidos; outras podem se sentir confirmadas e fortalecidas. Na medida em que os cristãos crescem em Cristo ao longo da vida, eles se sentem mais próximos uns dos outros, vivendo a imagem bíblica do corpo: “Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos foi dado beber de um só Espírito.”

O segundo objetivo é o acordo teológico sobre a Igreja. Tão importante quanto a convergência obtida no texto de Fé e Ordem *Batismo, Eucaristia e Ministério* foi o processo oficial de resposta a ele que se seguiu. Os seis volumes de respostas publicados mostram os diferentes níveis de convergência entre as igrejas sobre questões fundamentais relativas ao batismo, à eucaristia e ao ministério. A convergência eclesial manifesta em *Batismo, Eucaristia e Ministério* tem impacto ecumênico contínuo e foi bem documentada. As respostas ao texto *A Igreja: Uma Visão Ecumênica* avaliarão a convergência alcançada pela Comissão de Fé e Ordem e refletirão o nível de convergência em eclesiologia que efetivamente existe entre as igrejas. Assim como a convergência em relação ao batismo nas respostas a *Batismo, Eucaristia e Ministério* deu novo impulso ao reconhecimento mútuo do batismo, a convergência em eclesiologia terá papel decisivo no reconhecimento mútuo entre as igrejas que chamam umas as outras à unidade visível em uma só fé e uma só comunhão eucarística.

A expressão “respostas das igrejas” se refere a igrejas que são membros da Comissão de Fé e Ordem e à comunhão de Igrejas que constitui o Conselho Mundial de Igrejas. Esperamos que as igrejas que mais recentemente passaram a participar do movimento ecumênico aceitem o convite para estudar e comentar o texto. A Comissão deseja também receber respostas de organizações eclesiais, como os conselhos nacionais ou regionais de igrejas, e das comunhões cristãs mundiais. Os diálogos oficiais entre as comunhões cristãs mundiais contribuíram decisivamente à convergência expressa em *A Igreja*.

As questões específicas colocadas por Fé e Ordem às igrejas, com o propósito de guiá-las em seu processo de resposta, são encontradas ao final da Introdução ao documento *A Igreja*. As questões para estudo e resposta são teológicas, práticas e pastorais. A Comissão solicita que as respostas sejam enviadas ao Secretariado da Comissão de Fé e Ordem, na sede do Conselho Mundial de Igrejas, o mais tardar em 31 de dezembro de 2015.

Este texto levou duas décadas para ser produzido. Expressamos nossa gratidão às pessoas cujos ombros, orações, e dons teológicos constituíram o fundamento sobre o qual este texto foi edificado. Estamos nos referindo aos membros da Comissão de Fé e Ordem; às igrejas e teólogos que responderam às duas versões anteriores deste texto, *A Natureza e o Propósito da Igreja* (*The Nature and Purpose of the Church*), de 1998, e *A Natureza e a Missão da Igreja* (*The Nature and Mission of the Church*), de 2005; aos membros do Secretariado de Fé e Ordem; e aos moderadores e diretores da Comissão de Fé e Ordem que foram nossos predecessores.

Metropolita Dr. Vasilios de Constantia-Ammochostos  
Moderador da Comissão de Fé e Ordem

Cônego John Gibaut  
Diretor da Comissão de Fé e Ordem

## Introdução

Muitos fiéis de todas as igrejas cristãs oram todos os dias com as palavras “seja feita a tua vontade”. O próprio Jesus orou assim no Jardim do Getsêmani, pouco antes de ser preso (Mt 26:39-42; Mc 14:36; Lc 22:42). No evangelho de João, além disso, ele revelou sua vontade para a Igreja ao orar ao Pai para que todos os seus discípulos sejam um para que o mundo creia (Jo 17:21). Isso quer dizer que orar para que seja feita a vontade do Senhor exige a decisão firme de acolher sua vontade de que sejamos um e o dom da unidade que ele nos concede.

O presente texto, *A Igreja: Uma Visão Ecumênica*, aborda, segundo muitos, uma das questões mais difíceis que as igrejas devem enfrentar para vencer os obstáculos restantes que lhes impedem de manifestar o dom divino da comunhão. A importância desse dom e dessa visão da unidade realça o significado das questões que serão tratadas nas páginas seguintes.

Nosso objetivo é oferecer um texto de convergência, isto é, um texto que, apesar de não expressar um consenso absoluto nas questões examinadas, é mais do que um simples instrumento para estimular mais estudo. As páginas seguintes mostram até onde as igrejas chegaram na compreensão conjunta da Igreja. Elas mostram o progresso alcançado até aqui e o trabalho que ainda falta ser feito.

Este texto foi elaborado pela Comissão de Fé e Ordem, cujo objetivo, idêntico ao objetivo do Conselho Mundial de Igrejas, é servir as igrejas empenhadas em “chamar umas as outras à unidade visível em uma só fé e uma só comunhão eucarística expressa no culto e na vida comum em Cristo por meio do testemunho e do serviço ao mundo, e avançar rumo a essa unidade para que o mundo creia.”<sup>1</sup> Essa unidade visível tem sua expressão mais eloquente na celebração da eucaristia, que glorifica o Deus Triúno e capacita a Igreja para participar na missão divina de transformação e salvação do mundo.

A presente declaração utilizou as respostas das igrejas ao trabalho de Fé e Ordem em eclesiologia em anos recentes, bem como

---

<sup>1</sup> L. N. Rivera-Pagán (ed.), *God in your Grace: Official Report of the Ninth Assembly of the World Council of Churches*, Geneva, WCC, 2007, 448.

documentos ecumênicos mais antigos que buscaram convergência por meio de uma reflexão comum sobre a Palavra de Deus na esperança de que, sob a direção do Espírito Santo, o dom divino da unidade pudesse ser plenamente realizado. Ela é o resultado do diálogo no nível multilateral, através das respostas das igrejas a *A Natureza e a Missão da Igreja*; das sugestões provenientes da reunião da Comissão Plenária realizada em Creta em 2009; da contribuição oriunda da consulta ortodoxa ocorrida em Chipre em 2011. Além disso, o texto integra avanços consignados em muitos diálogos bilaterais que abordaram o tema “Igreja” em décadas recentes.<sup>2</sup>

Esperamos que *A Igreja: Uma Visão Ecumênica* sirva as igrejas de três modos distintos. Primeiramente, ao oferecer-lhes uma síntese dos resultados do diálogo ecumênico das últimas décadas sobre temas eclesiológicos importantes. Em segundo lugar, ao convidá-las a avaliar os resultados desse diálogo e a confirmar aquilo que é positivo ou a indicar áreas que ainda não receberam atenção suficiente. Finalmente, ao criar para elas a oportunidade de refletir sobre como elas compreendem a vontade de Deus e, assim, crescer em unidade (Ef 4.12-16). Esperamos também que esse processo de informação, reação e crescimento possa confirmar, enriquecer e desafiar as igrejas e, assim, contribuir significativamente e mesmo estimular passos decisivos rumo à realização plena da unidade.

A estrutura do texto é baseada nas questões eclesiológicas que ele examina. O primeiro capítulo de *A Igreja: Uma Visão Comum* esboça a origem da comunidade cristã na missão divina de transformação salvadora do mundo. A Igreja é essencialmente missionária e a unidade está intimamente ligada à missão.

O segundo capítulo apresenta as características mais importantes de uma compreensão da Igreja como comunhão. Ele leva em conta os resultados da reflexão conjunta tanto sobre a maneira segundo a qual as Escrituras e a tradição posterior estabelecem a relação entre a Igreja e Deus quanto sobre as consequências dessa relação para a vida e a estrutura da Igreja.

O terceiro capítulo tem como foco o crescimento da Igreja, povo peregrino, rumo ao reino de Deus. Ele trata em particular de questões eclesiológicas difíceis que dividiram as igrejas no passado. Esse capítulo registra o progresso na convergência em relação a algumas dessas questões e indica os pontos em que as igrejas precisam de maior convergência.

O capítulo final desenvolve maneiras diferentes pelas quais a Igreja, como sinal e agente do amor de Deus, se relaciona com o mundo. Uma delas é a proclamação de Cristo em contexto inter-

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre esse processo, ver a “nota histórica” ao final deste texto.

religioso; outra é o testemunho dos valores morais do Evangelho; outra, enfim, é a resposta às necessidades e ao sofrimento humanos.

O grande número de respostas oficiais ao texto de Fé e Ordem *Batismo, Eucaristia e Ministério (BEM)*, de 1982, mostrou que o processo de recepção consecutivo à publicação de um texto de convergência pode ser tão importante quanto o processo de produção do próprio texto<sup>3</sup>. Por isso, a fim de que ele sirva como instrumento de um verdadeiro diálogo sobre eclesiologia ao qual todos possam contribuir, pedimos urgentemente que as igrejas não apenas examinem seriamente *A Igreja: Uma Visão Ecumênica*, mas também que elas submetam respostas oficiais à Comissão de Fé e Ordem com base nas seguintes perguntas:

- Em que medida este texto reflete a eclesiologia de sua igreja?
- Em que medida este texto oferece uma base para que as igrejas cresçam em unidade?
- Quais são as adaptações ou a renovação que este texto desafia sua igreja a promover?
- Em que medida a sua Igreja pode estabelecer relações mais profundas com aquelas igrejas que podem reconhecer de modo positivo a visão da Igreja descrita neste documento?
- Quais são os aspectos da vida da Igreja que deveriam ser mais discutidos e que conselho sua igreja pode dar para o trabalho em curso da Comissão de Fé e Ordem sobre eclesiologia?

Além dessas questões, os leitores encontrarão ao longo do texto, impressos em itálico, parágrafos sobre temas em relação aos quais as divisões persistem. Essas questões procuram estimular a reflexão e promover mais acordo entre as igrejas no caminho da unidade.

---

<sup>3</sup> M. Thurian (ed.), *Churches Respond to BEM: Official Responses to the 'Baptism, Eucharist and Ministry' Text*, Geneva, World Council of Churches, volumes I-VI, 1986-1988; *Baptism, Eucharist and Ministry 1982-1990: Report on the Process and Responses*, Geneva, WCC, 1990.

## Capítulo I

### A Missão de Deus e a Unidade da Igreja

#### A. A Igreja no plano de Deus

1. A concepção cristã da igreja e de sua missão baseia-se na visão do grande plano divino (“economia”) para toda a criação, isto é, o reino prometido e manifesto em Jesus Cristo. Segundo as Escrituras, homem e mulher foram criados à imagem de Deus (Gn 1:26-27) e por isso eram em si mesmos capazes de comunhão (em grego: *koinonia*) com Deus e entre si. O propósito divino para a criação foi desfigurado pelo pecado humano e pela desobediência (Gn 3-4; Rm 1:18-3:20), o que afetou a relação entre Deus, os seres humanos e a ordem da criação.

Deus, porém, manteve-se fiel, apesar do pecado e do erro humanos. A história dinâmica da restauração divina da *koinonia* atingiu seu ponto culminante no mistério da encarnação e páscoa de Jesus Cristo. A igreja, corpo de Cristo, age pelo poder do Espírito Santo para dar continuidade à missão doadora de vida que Jesus Cristo cumpriu através de um ministério profético e compassivo. Ela participa, assim, da obra divina de cura de um mundo enfermo. A comunhão, cuja fonte é a vida da Santíssima Trindade, é a um só tempo o dom pelo qual a igreja vive e o dom que Deus chama a igreja a oferecer a um mundo dividido e enfermo que espera reconciliação e cura.

2. Em seu ministério terreno, “Jesus percorria todas as cidades e aldeias ensinando nas sinagogas, pregando o Evangelho do Reino e curando toda enfermidade e doença. Vendo o povo, sentiu compaixão dele...” (Mt 9:35-36) O mandato da igreja vem da ação e da promessa de Cristo, que não apenas proclamou o reino de Deus em palavra e ato, mas também chamou homens e mulheres e os enviou no poder do Espírito Santo (Jo 20:19-23). Segundo os Atos dos Apóstolos, as últimas palavras de Jesus aos apóstolos antes de sua ascensão aos céus foram: “Mas descera sobre vós o Espírito Santo e vos dará a força e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, até os confins da terra.” (At 1:8) No fim de cada um dos quatro evangelhos há um mandato missionário. De acordo com Mateus, “Jesus lhes disse: “Todo o poder me foi dado no céu e na terra; ide, pois, fazei discípulos meus todos os povos, batizando-os em nome do Pai e



do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a observar tudo quanto vos mandei. E eis que estou convosco todos os dias até o fim do mundo.” (Mt 28:18-20; ver também Mc 16:15, Lc 24:45-49, e Jo 20:19-21).

Essas palavras indicam o que Jesus esperava que sua igreja fosse ao cumprir a missão: uma comunidade de testemunho, que proclamasse o reino que ele proclamara; que convidasse as pessoas de todas as nações à fé salvadora; uma comunidade de culto, que recebesse novos membros pelo batismo em nome da Trindade; uma comunidade de discipulado, que batizasse e celebrasse a Ceia do senhor e instruisse os novos membros a observar tudo o que o próprio Jesus ordenara.

3. O Espírito Santo desceu sobre os discípulos na manhã de Pentecostes para que eles recebessem o poder de começar a missão que haviam recebido (At 2:1-41). O plano divino de salvação do mundo (às vezes chamado em latim *missio Dei*, isto é, “a missão de Deus”) se realiza através do envio do Filho e do Espírito Santo. A obra salvífica da Santa Trindade é essencial para uma compreensão adequada da igreja. Nas palavras do documento de estudo *Confessando uma Só Fé (Confessing the One Faith)* da Comissão de Fé e Ordem, “os cristãos creem e confessam com o Credo que a obra de Deus em Cristo pelo Espírito Santo e a *realidade* da igreja estão intimamente ligadas. Esse é o testemunho das Escrituras. A origem da igreja tem raízes no plano do Deus triúno para a salvação da humanidade”<sup>4</sup>.

4. Jesus descreveu seu ministério como anúncio de boas-novas aos pobres, libertação dos aprisionados, recuperação da vista dos cegos, emancipação dos oprimidos, e proclamação do ano da graça do Senhor (Lc 4:18-19 citando Is 61:1-2). “A missão da igreja procede da natureza da igreja que, como corpo de Cristo, participa do ministério de Cristo, mediador entre Deus e a criação divina. No centro da vocação da igreja no mundo está a proclamação do reino de Deus inaugurado em Jesus, o Senhor crucificado e ressuscitado. As igrejas procuram cumprir sua vocação evangelística por meio de uma vida interna de culto eucarístico, ação de graças, oração de intercessão, planejamento para missão e evangelismo; por meio de uma vida diária de solidariedade com os pobres e advocacia que pode levá-las ao confronto com poderes que oprimem os seres humanos.”<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> *Confessing the One Faith: An Ecumenical Explication of the Apostolic Faith as It Is Confessed in the Nicene-Constantinopolitan Creed (381)*, Geneva-Eugene (USA), WCC- Wipf & Stock, 2010, §216.

<sup>5</sup> “Mission and Evangelism: An Ecumenical Affirmation,” §6, in J. Matthey (ed.), *You Are the Light of the World: Statements on Mission by the World Council of Churches*, Geneva, WCC, 2005, 8.

## B. A Missão da Igreja na História

5. Desde o começo de sua história, a igreja se dedica à proclamação em palavras e atos das boas-novas da salvação em Cristo ao celebrar os sacramentos, especialmente a eucaristia, e estabelecer comunidades cristãs. Às vezes esse esforço encontrou forte resistência; às vezes ele foi dificultado pelos oponentes, e às vezes foi traído pelo pecado dos próprios mensageiros. Apesar dessas dificuldades, a proclamação produziu muitos frutos (Mc 4:8, 20, 26-32).

6. A igreja enfrenta o desafio de proclamar o evangelho de Cristo de modo a suscitar respostas nos diferentes contextos, línguas e culturas dos povos destinatários da proclamação. Ao anunciar Cristo no arcópagio de Atenas (At 17:22-34), Paulo recorreu a crenças e literatura locais. Isso mostra como a primeira geração de cristãos tentou compartilhar as boas novas da morte e da ressurreição de Jesus: ela recorreu à herança cultural de seus ouvintes e, quando necessário, a transformou sob a orientação do Espírito Santo, agindo assim como fermento ao promover o bem-estar da sociedade em que eles viviam.

Durante séculos, os cristãos têm dado testemunho acerca do evangelho em horizontes cada vez mais amplos, de Jerusalém aos confins da terra (At 1:8). O testemunho resultou muitas vezes em martírio, mas através dele a fé se propagou e a Igreja chegou a todos os recantos do mundo. Houve ocasiões em que a proclamação do evangelho não deu o devido respeito à herança cultural e religiosa dos destinatários da mensagem. Isso ocorreu quando os evangelizadores foram cúmplices da colonização imperialista, que pilhou e mesmo exterminou povos indefesos diante de nações mais poderosas.

Apesar desses trágicos acontecimentos, a graça de Deus, mais poderosa que a pecaminosidade humana, suscitou discípulos e amigos autênticos de Cristo em muitas terras e estabeleceu a Igreja em uma grande diversidade de culturas. Essa diversidade, no interior da unidade da comunidade cristã, foi interpretada pelos primeiros escritores como expressão da beleza atribuída pela Bíblia à noiva de Cristo (Ef 5:27; Ap 21:2)<sup>6</sup>. Hoje, membros de igrejas que no passado receberam missionários estrangeiros, estão ajudando as igrejas por meio das quais eles um dia receberam o Evangelho<sup>7</sup>.

7. O Reino de Deus continua a ser proclamado no mundo de hoje em contextos marcados por rápidas transformações. Novas

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Agostinho, “Ennarrationes in Psalmos”, 44, 24-25, in J.P. Migne, *Patrologia Latina*, 36, 509-510.

<sup>7</sup> Essa solidariedade de ajuda mútua não deve ser confundida com proselitismo, que considera erradamente outras comunidades cristãs serem campo missionário legítimo.

circunstâncias suscitam novos desafios à missão e à identidade da Igreja. A consciência cada vez mais ampla do pluralismo religioso desafia os cristãos a aprofundar a reflexão sobre a relação entre, por um lado, a proclamação de que Jesus é o único e suficiente Salvador e, por outro, o que outras religiões afirmam sobre a salvação.

O desenvolvimento dos meios de comunicação desafia as igrejas a descobrir novas maneiras de proclamar o evangelho e a criar e manter comunidades cristãs. As chamadas “igrejas emergentes”, que promovem uma nova maneira de ser Igreja, desafiam as demais igrejas a responder às necessidades e interesses de hoje de maneira compatível com o que foi transmitido desde as origens.

A expansão de uma cultura global secularizada desafia a Igreja em uma situação em que muitos, crendo que a vida humana é autossuficiente e por isso não precisa de referência a Deus, questionam a própria possibilidade de crer. Em vários lugares a Igreja enfrenta o desafio da perda radical de membros e é vista, por muitos, como irrelevante para suas vidas. Isso leva os que ainda creem a falar da necessidade de uma nova evangelização. Todas as igrejas têm em comum a tarefa da evangelização que responde a esses e a outros desafios que surgem em diferentes contextos.

### **C. A Importância da Unidade**

8. A importância da unidade para a missão e a natureza da Igreja é evidente no Novo Testamento. Atos 15 e Gálatas 1-2 revelam que a missão aos não-judeus provocou tensões e ameaça de divisão entre os cristãos. De certa maneira, o movimento ecumênico contemporâneo repete a experiência do primeiro concílio de Jerusalém. Este texto é um convite para que líderes, teólogos e membros de todas as igrejas promovam a unidade pela qual Jesus orou um dia antes de oferecer sua vida pela salvação do mundo (Jo 17:21).

9. Para que a unidade visível se realize, as igrejas devem ser capazes de reconhecer umas nas outras a presença autêntica do que o Credo de Nicéia-Constantinopla (381) chama de “Igreja una, santa, católica e apostólica”. Esse reconhecimento mútuo pode significar, para algumas comunidades, mudanças em sua doutrina, prática e ministério. Esse é um desafio importante para as igrejas na caminhada rumo à unidade.

10. Algumas igrejas identificam a Igreja de Jesus Cristo exclusivamente com elas mesmas. Outras reconhecem nas demais igrejas a presença real, apesar de incompleta, dos elementos que constituem a Igreja. Outras ainda pactuaram entre elas vários tipos de parceria, relações que por vezes incluem a celebração

conjunta do culto<sup>8</sup>. Para algumas igrejas, a Igreja de Jesus Cristo está presente em todas as igrejas que dão prova de professar à fé cristã. Para outras, a Igreja de Cristo é invisível e não pode ser claramente identificada durante a jornada terrestre.

### ***Questões fundamentais no caminho da unidade***

*Desde o documento Declaração de Toronto, de 1950, o Conselho Mundial de Igrejas desafia as igrejas a “reconhecer que a filiação na Igreja de Cristo é mais inclusiva que a filiação em qualquer uma delas”. O encontro ecumênico entre igrejas tem ajudado as igrejas e seus fiéis a se apreciarem mutuamente. Apesar disso, subsistem diferenças – que devem ser tratadas em conjunto - em relação a questões fundamentais: “Como podemos identificar a Igreja que o Credo chama una, santa, católica e apostólica?” “Qual é a vontade de Deus para a unidade da Igreja?” “O que devemos fazer para colocar em prática a vontade de Deus?” Este texto foi escrito para ajudar as igrejas a refletir sobre essas questões e dar respostas conjuntas a elas.<sup>9</sup>*

---

<sup>8</sup> Ver o relatório anglo-luterano “Growth in Communion”, em J. Gros FSC, T.F. Best e L. Fuchs (editores), *Growth in Agreement III: International Dialogue Texts and Agreed Statements*, 1998-2005, Geneva-Grand Rapids, WCC-Eerdmans, 2007, 375-425, que se refere a importantes alianças regionais (Meissen, Reuilly, Waterloo etc).

<sup>9</sup> Assim, o presente texto procura se basear na declaração sobre a unidade adotada pela assembleia geral de Porto Alegre do Conselho Mundial de Igrejas: “Chamados a Ser a Igreja Una” (“*Called to Be One Church*”), que tem como subtítulo “Convite para que as igrejas renovem o compromisso com a busca da unidade e aprofundem o diálogo entre elas”, em *Growth in Agreement III*, 606-610.

## Capítulo II A Igreja do Deus Triúno

### A. O Discernimento da Vontade de Deus para a Igreja

11. Todos os cristãos creem que as Escrituras são normativas. Isso quer dizer que o testemunho bíblico é um elemento fundamental para que possamos alcançar um acordo mais importante sobre a Igreja. Apesar de não conter uma doutrina sistemática da Igreja, o Novo Testamento tem relatos sobre a fé das primeiras comunidades; o culto e a prática do discipulado; as diferentes funções de serviço e liderança; bem como imagens e metáforas usadas para expressar a identidade da Igreja.

Ao longo da história, a interpretação desses relatos na Igreja, que procurou sempre ser fiel ao ensino bíblico, gerou uma rica reflexão adicional sobre a eclesiologia. O Espírito Santo, que guiou as primeiras comunidades na produção do texto bíblico inspirado, continua, de geração em geração, a guiar os seguidores de Jesus Cristo que procuram ser fiéis ao Evangelho. Esse é o sentido da expressão “a Tradição viva” da Igreja<sup>10</sup>. Muitas comunidades reconhecem a grande importância da Tradição, ainda que elas tenham concepções diferentes sobre a relação entre a autoridade da Tradição e a autoridade das Escrituras.

12. Os livros do Novo Testamento e a Tradição subsequente contêm uma grande variedade de perspectivas eclesiológicas. O cânon do Novo Testamento inclui essa pluralidade. Ele dá testemunho, assim, de que ela é compatível com a unidade da Igreja. Por outro lado, o cânon não nega que a diversidade legítima tenha limites<sup>11</sup>. A diversidade legítima não é algo acidental na vida da comunidade cristã. É uma dimensão de sua catolicidade. Ela mostra que no plano de Deus a salvação “se faz carne” entre os povos aos quais o Evangelho é proclamado. Toda abordagem adequada do mistério da Igreja pressupõe o uso e a interação de uma grande variedade de imagens e ideias (povo de Deus, corpo de Cristo, templo do Espírito Santo, videira, rebanho, noiva, casa, soldados, amigos etc.) Este texto procura desfrutar da riqueza do testemunho bíblico, bem como dos frutos da Tradição.

### B. A Igreja do Deus Triúno como *Koinonia*

---

<sup>10</sup> A Quarta Conferência Mundial sobre Fé e Ordem, em seu relatório “Escritura, Tradição e Tradições”, afirma que “o termo *Tradição* designa o Evangelho transmitido de geração em geração na e pela Igreja, Cristo presente na vida da Igreja. O termo *tradição*, por sua vez, designa o processo de ‘tradicionalizar’. Já o termo *tradições*... se refere tanto à diversidade das formas de expressão quanto ao que chamamos de tradições confessionais...” *The Fourth Conference on Faith and Order: Montreal 1963*, Londres, SCM Press, 1964, 50. Ver também *A Treasure in Earthen Vessels: An Instrument for an Ecumenical Reflection on Hermeneutics*, Genebra, WCC, 1998, §§ 14-37, páginas 14-26.

<sup>11</sup> Essa questão será examinada adiante, nos §§ 28-30.

### ***Iniciativa de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo***

13. A Igreja existe por Deus “que amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (João 3:16); e que enviou o Espírito Santo para guiar os que creem a toda a verdade e fazer com que se lembrem do que Jesus lhes ensinou (João 14:26). Na Igreja, pelo Espírito Santo, os que creem são unidos a Jesus Cristo e, assim, estão em relação viva com o Pai que lhes fala e os induz a responderem com fé.

A noção bíblica de *koinonia* se tornou central na busca ecumênica de um acordo sobre a compreensão da vida e unidade da Igreja. Essa busca tem como pressuposto que a comunhão não é apenas a união das igrejas existentes na forma que elas têm hoje. O termo *koinonia* (comunhão, participação, fraternidade, partilha) deriva de um verbo que significa “ter alguma coisa em comum”, “partilhar”, “participar”, “tomar parte em”, “agir juntos”. Ele é usado em passagens sobre a Ceia do Senhor (I Co. 10:16-17); a reconciliação entre Paulo e Pedro, Tiago e João (Gl. 2:7-10); a coleta para os pobres (Rm 15:26; II Co. 8:34); e sobre a vida e testemunho da Igreja (Atos 2:42-45). A Igreja, comunhão de origem divina, pertence a Deus e não existe para si mesma. Ela é essencialmente missionária, chamada e enviada a dar testemunho, em sua própria vida, da comunhão que é o plano de Deus para a humanidade e a criação em seu reino.

14. O centro e fundamento da Igreja é o Evangelho, proclamação da Palavra Encarnada, Jesus Cristo, Filho do Pai. Por isso o Novo Testamento afirma que “fostes regenerados não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual é viva e permanente.” (I Pe 1:23). Por meio da pregação do Evangelho (Rm 10:14-18) e pelo poder do Espírito Santo (I Co 12:3) alcançamos a fé que nos salva. Por meio dos sacramentos somos incorporados ao corpo de Cristo. Com base nesse ensino, algumas comunidades falam da Igreja como *creatura evangelii*, isto é, como criada pelo Evangelho<sup>12</sup>. É fundamental para a Igreja que ela seja uma comunidade de escuta e proclamação da palavra de

---

<sup>12</sup> Ver “The Church as ‘Creature of the Gospel’”, no diálogo católico-luterano “Church and Justification”, em J. Gros, FSC, H. Meyer and W. G. Rusch (eds), *Growth in Agreement II: Reports and Agreed Statements of Ecumenical Conversations on a World Level, 1982-1998*, Geneva-Grand Rapids, WCC-Eerdmans, 2000, 495-498. Esse relatório cita Martinho Lutero, que usou essa expressão em *WA 2*, 430, 6-7: “*Ecclesia enim creatura evangelii*.” Outros diálogos bilaterais usaram a mesma ideia. Ver a seção “Two Conceptions of the Church” (§§94-113) do diálogo católico romano-reformado “Towards a Common Understanding of the Church”, em *Growth in Agreement II*, 801-805. Esse relatório descreve a Igreja como “*creatura verbi*” e “sacramento da graça”. Ver também a declaração do Conselho Mundial de Igrejas *Called to Be the One Church* em *Growth in Agreement III*, 606-610.

Deus. A Igreja se nutre do Evangelho e nele discerne a cada dia a direção de sua caminhada.

15. Na anunciação, Maria, mãe de Deus (*Theotokos*), responde à mensagem do anjo dizendo “...que se cumpra em mim conforme a tua palavra” (Lc 1:38). Essa resposta é considerada tanto um símbolo quanto um modelo para a Igreja e para o cristão. De acordo com o estudo *A Igreja e o Mundo (Church and World)*, de 1990, da Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas, Maria é “importante figura para os que procuram entender a plena dimensão da vida em comunidade cristã”, pois ela recebe a Palavra de Deus e responde a ela (Lc 1:26-38); ela compartilha com Isabel a alegria das boas-novas (Lc 1:46-55); ela medita, sofre e luta para entender os fatos ligados ao nascimento e à infância de Jesus (Mt 2:13-23; Lc 2:19, 41-51); ela procura entender todas as exigências do discipulado (Mc 3:31-35; Lc 18:19-20); ela permanece ao pé da cruz com seu filho e acompanha o corpo à sepultura (Mt 27:55-61; Jo 19:25-27); ela está com os discípulos no dia de Pentecostes e recebe com eles o Espírito Santo (At 1:12-14, 2:1-4)<sup>13</sup>.

16. Cristo orou ao Pai pedindo que enviasse o Espírito sobre seus discípulos para guiá-los a toda a verdade (Jo 15:26; 16:13). O Espírito não apenas concede a cada pessoa crente a fé e outros carismas, mas também concede à Igreja os dons, qualidades e ordem que lhe são essenciais. O Espírito Santo alimenta e dá crescimento ao corpo de Cristo por meio da viva voz da pregação do Evangelho, por meio da comunhão sacramental - especialmente a eucaristia - e por meio dos ministérios de serviço.

### ***O Povo de Deus: profético, sacerdotal e real***

17. Ao chamar Abraão, Deus estava escolhendo para si um povo santo. Os profetas sempre evocaram essa eleição e vocação usando uma fórmula forte: “Eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (Jr 31:33 e Ez 37:27; ver também II Co 6:16 e Hb 8:10). A aliança com Israel marcou um momento decisivo na manifestação do plano de salvação. Os cristãos creem que no ministério, morte e ressurreição de Jesus, e no envio do Espírito Santo, Deus estabeleceu uma nova aliança com o propósito de unir os seres humanos a si e uni-los uns com os outros. Existe autêntica novidade na aliança inaugurada por Cristo. Ao mesmo tempo, a Igreja, no plano de Deus, continua profundamente ligada ao povo da primeira aliança, ao qual Deus sempre será fiel (Rm 11:11-36).

18. No Antigo Testamento, o povo de Israel peregrina rumo ao cumprimento da promessa de que em Abraão serão benditas todas as nações da terra. Todos os que se voltam para Cristo

---

<sup>13</sup> Ver o estudo de Fé e Ordem *Igreja e Mundo: Unidade da Igreja e Renovação da Comunidade Humana*, São Paulo, ASTE, 91-92.

veem a realização dessa promessa na cruz, quando ele derrubou o muro da separação entre judeus e gentios (Ef 2:14). A Igreja é “raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus” (I Pe 2:9-10).

Se por um lado reconhecemos o sacerdócio peculiar de Jesus Cristo, cujo sacrifício único instaura a nova aliança (Hb 9:15), por outro somos chamados a manifestar em nossas vidas o fato de que fomos chamados “sacerdócio real”, oferecendo-nos como “sacrifício vivo, santo e agradável a Deus” (Rm 12:1). Toda pessoa cristã recebe dons do Espírito Santo para a edificação da Igreja e para sua participação na missão de Cristo. Esses dons se destinam ao bem comum (I Co 12:7; Ef 4:11-13) e se acompanham de deveres de responsabilidade e reciprocidade em toda comunidade individual e local e na Igreja como um todo em todos os níveis de sua vida. Os cristãos, fortalecidos pelo Espírito, são chamados a viver o discipulado em diferentes formas de serviço.

19. Todo o povo de Deus é chamado a ser povo profético, dando testemunho da palavra de Deus; a ser povo sacerdotal, oferecendo o sacrifício de uma vida de discipulado; a ser povo real, servindo de instrumento para a vinda do reino de Deus. Todos os membros da Igreja recebem essa vocação. Ao chamar e enviar os doze, Jesus estabeleceu as bases para a liderança na comunidade dos seus discípulos, comissionada a proclamar constantemente o reino. Seguindo seu exemplo, os primeiros cristãos, guiados pelo Espírito Santo, escolheram alguns dentre eles e lhes confiaram autoridade e responsabilidade. O ministério ordenado “reúne e edifica o corpo de Cristo ao proclamar e ensinar a Palavra de Deus, ao celebrar os sacramentos, e ao guiar a vida da comunidade no culto, na missão e no serviço”<sup>14</sup>. Todos os membros do corpo, ordenados ou não, são membros interligados do povo sacerdotal de Deus. O ministério ordenado se sabe dependente de Jesus Cristo e lembra a comunidade de que ela igualmente depende de Jesus Cristo, origem de sua unidade e missão. Ao mesmo tempo, o ministério ordenado só pode cumprir sua vocação na e para a Igreja. Ele precisa do reconhecimento, apoio e estímulo da Igreja.

20. Existe amplo acordo entre as igrejas de diferentes tradições quanto à importância vital do ministério. Esse acordo foi formulado sumariamente no documento *Batismo Eucaristia e Ministério*, da Comissão de Fé e Ordem. Segundo esse documento, “a Igreja nunca ficou sem pessoas que exercem autoridade e responsabilidade”. O documento nota que “Jesus escolheu e enviou os discípulos para serem testemunhas do reino.”<sup>15</sup> A missão que Jesus confiou aos onze em Mateus 28 pressupõe “um ministério da palavra, dos sacramentos e de supervisão, conferido

---

<sup>14</sup> *Batismo, Eucaristia e Ministério*, São Paulo, ASTE, 2001, seção Ministério, §13.

<sup>15</sup> *Ibid.*, §9.



por Cristo à Igreja para ser cumprido por alguns dos seus membros para o bem de todos. Essa função tripla do ministério equipa a Igreja para sua missão no mundo.”<sup>16</sup>.

Declarações ecumênicas conjuntas indicam claramente que tanto o ministério real de todo o povo de Deus (I Pe 2:9) quanto um ministério ordenado especial são aspectos importantes da Igreja e não devem ser vistos como excluindo-se um ao outro. Ao mesmo tempo, entretanto, as igrejas divergem sobre quem tem a competência para tomar decisões para a comunidade. Para algumas igrejas, essa competência é atribuída apenas ao ministério ordenado, enquanto que em outras os leigos são associados à tomada de decisão.

### ***Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo***

21. Cristo é sempre a cabeça de seu corpo, a Igreja. Ele guia, purifica e restaura a Igreja (Ef 5:26). Ao mesmo tempo, ele está intimamente unido a ela, dando-lhe vida plena no Espírito (Rm 12:5; I Co 12:12). A fé em Cristo é fundamental para ser membro do corpo (Rm 10:9). Segundo a maioria das tradições, através dos ritos ou sacramentos de iniciação as pessoas se tornam membros de Cristo. Na Ceia do Senhor a participação no corpo (I Co 10:16) é renovada a cada celebração.

O Espírito Santo concede uma variedade de dons aos membros e os une para a edificação do corpo (Rm 12:4-8; I Co 12:4-30). O Espírito renova seus corações, os chama e os capacita para boas obras<sup>17</sup>. O Espírito prepara os membros para que sirvam ao Senhor promovendo o reino no mundo. Assim, a imagem do “corpo de Cristo”, apesar de se referir explícita e primariamente à relação entre a Igreja e Cristo, pressupõe uma profunda relação com o Espírito Santo, testemunhada em todo o Novo Testamento. Um exemplo vívido dessa relação com o Espírito é a narrativa das línguas de fogo que pousaram sobre os discípulos reunidos no cenáculo na manhã de Pentecostes (At 2:1-4). Pelo poder do Espírito Santo, os que creem são edificados em um

---

<sup>16</sup> Diálogo católico romano-reformado, “Towards a Common Understanding of the Church”, §132, em *Growth in Agreement II*, 810. Ver também o relatório católico romano-luterano “Ministry in the Church”, §17, em H. Meyer and L. Vischer (editores), *Growth in Agreement: Reports and Agreed Statements of Ecumenical Conversations on a World Level*, Ramsey-Geneva, Paulist-WCC, 1984, 252-253: “O Novo Testamento mostra como surge, entre os ministérios, um ministério especial, entendido como situando-se na sucessão dos apóstolos enviados por Cristo. Esse ministério especial tornou-se necessário à liderança das comunidades. Podemos dizer, portanto, que de acordo com o Novo Testamento o ‘ministério especial’, fundado por Jesus quando ele chamou e enviou os apóstolos, ‘era essencial naquela época e é essencial em todas as épocas e circunstâncias’”. Segundo o diálogo católico romano- metodista, “a igreja sempre precisou de um ministério conferido por Deus”: “Toward a Statement on the Church”, *Growth in Agreement II*, 588, §29.

<sup>17</sup> Ver a *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*, São Leopoldo: Sinodal / Brasília: Conic / São Paulo: Paulinas, 1999, §15.

“santuário dedicado ao Senhor” (Ef 2:21-22), em uma “casa espiritual” (I Pe 2:5). Cheios do Espírito, eles são chamados a uma vida digna da vocação que receberam, no culto, no testemunho e no serviço, procurando sempre manter a unidade do Espírito no vínculo da paz (Ef 4:1-3). O Espírito Santo mobiliza e capacita a Igreja a cumprir seu papel de proclamar e promover a transformação geral pela qual toda a criação geme (Rm 8:22-23).

### ***A Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica***

22. Desde o segundo concílio ecumênico, ocorrido em Constantinopla em 381, muitos cristãos usam na liturgia o credo que professa que a Igreja é una, santa, católica e apostólica. Esses atributos não estão separados uns dos outros. Eles estão mutualmente relacionados e esclarecem uns aos outros. Eles são dons de Deus à Igreja, cujos membros, apesar de suas fraquezas, são chamados a colocá-los em prática.

- A Igreja é una porque Deus é uno (Jo 17.11; I Tm 2:5). Por isso, a fé apostólica é una; a nova vida em Cristo é una; a esperança da Igreja é una.<sup>18</sup> Jesus orou para que seus discípulos sejam um para que o mundo creia (Jo 17:20-21) e enviou o Espírito para constituí-los em um só corpo (I Co 12:12-13). Mas as divisões que existem hoje nas igrejas e entre elas contradizem essa unidade; “elas têm de ser vencidas com os dons do Espírito – fé, esperança e amor –, de modo que a separação e a exclusão não tenham a última palavra.”<sup>19</sup> Apesar de todas as divisões, todas as igrejas creem que se baseiam no Evangelho uno (Gl 1:5-9) e estão unidas em muitos aspectos de sua vida (Ef. 4:4-7).
- A Igreja é santa porque Deus é santo (Is 6:3, Lv 11:44-45). Jesus “amou a Igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra... para a apresentar... santa e sem defeito” (Ef 5:25b-27). Em cada geração, a santidade essencial da Igreja é manifestada por homens santos e mulheres santas, e pelas palavras e ações santas que a Igreja proclama em nome do Deus Santo. Mas o pecado, que contradiz a santidade e se opõe à verdadeira natureza e vocação da Igreja, desfigurou com frequência a vida de seus membros. Por isso, parte da santidade da Igreja diz

---

<sup>18</sup> Ver a declaração do Conselho Mundial de Igrejas “Called to Be the One Church” (“Chamados a Ser a Igreja Una”), §5, em *Growth in Agreement III*, 607.

<sup>19</sup> Ibid.

respeito ao ministério de chamar constantemente o povo ao arrependimento, à renovação e à reforma.

- A Igreja é católica por causa da bondade abundante de Deus, “o qual deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (I Tm 2:4). Graças ao poder de Deus de dar vida, a missão da Igreja vence todos os obstáculos e proclama o Evangelho a todos os povos. Onde está o mistério pleno de Cristo, aí também está a Igreja católica<sup>20</sup>. É o que ocorre na celebração da eucaristia. Mas a catolicidade essencial da Igreja é prejudicada quando permitimos que diferenças culturais, ou outras diferenças, se transformem em divisão. Somos chamados a remover todos os obstáculos para a realização dessa plenitude da verdade e da vida que a Igreja recebeu pelo poder do Espírito Santo.
- A Igreja é apostólica porque o Pai enviou o Filho para fundá-la. O Filho, por sua vez, chamou e enviou apóstolos e profetas, que receberam os dons do Espírito Santo no dia de Pentecostes, para serem o alicerce da Igreja e supervisionar seu ministério (Ef 2:20; Ap 21:14). A comunidade cristã é chamada a ser constantemente fiel às suas origens apostólicas. Mas a infidelidade no culto, no testemunho ou no serviço contradiz a apostolicidade da Igreja. O propósito da sucessão apostólica no ministério é servir a apostolicidade da Igreja.<sup>21</sup>

23. Fica claro, à luz dos parágrafos 13 a 22, que a Igreja não é apenas a soma de seus membros individuais. A Igreja é, fundamentalmente, comunhão no Deus Triúno e, ao mesmo tempo, comunhão que compartilhamos na vida e missão de Deus (II Pe 1:4). O Deus Trinitário é a fonte e o centro de toda comunhão. Portanto, a Igreja é uma realidade divino-humana.

24. As igrejas concordam em afirmar que a Igreja é o lugar de encontro entre o divino e o humano. Mas elas têm percepções diferentes, ou mesmo convicções contrárias, sobre a maneira pela qual a obra do Espírito Santo na Igreja está relacionada com as estruturas institucionais ou com a ordem ministerial. Algumas igrejas veem certos aspectos essenciais da ordem eclesial como algo que o próprio Cristo quis e instituiu para sempre. Por isso, em fidelidade ao Evangelho, seus membros fundamentalmente

---

<sup>20</sup> Ver Inácio de Antioquia, *Carta aos Esmirneses*, 6.

<sup>21</sup> A declaração do Conselho Mundial de Igrejas “Chamados a Ser a Igreja Una”, §§3-7, expõe de modo semelhante a este texto a afirmação do credo de que a Igreja é “una, santa, católica e apostólica.” Ver *Growth in Agreement III*, 607.

não possuem autoridade para alterar estruturas de instituição divina. Já segundo outras igrejas, a ordem da Igreja que corresponde ao chamado de Deus pode assumir mais de uma forma. Outro grupo ainda afirma que nenhuma ordem institucional da Igreja pode ser atribuída à vontade de Deus. Para um outro, a fidelidade ao Evangelho pode exigir uma ruptura na continuidade institucional, enquanto que outros há que insistem em que a fidelidade ao Evangelho pode ser mantida e dificuldades vencidas sem ruptura que provoque separação.

### ***Como a vontade de Deus está relacionada com a continuidade e a mudança na Igreja***

*Graças ao encontro paciente e a um espírito de atenção e respeito mútuo, muitas igrejas chegaram a uma compreensão mais profunda dessas percepções ou convicções divergentes a respeito da continuidade e da mudança na Igreja. Nessa compreensão mais profunda, fica claro que o mesmo propósito de obedecer à vontade de Deus quanto à ordem da Igreja pode, em alguns casos, levar a um compromisso com a continuidade e, em outros, a um compromisso com a mudança. Convidamos cada igreja a reconhecer e respeitar o compromisso das demais de buscar a vontade de Deus para a ordem da Igreja. Convidamos as igrejas a refletirem juntas sobre os critérios usados pelas diferentes igrejas para analisar questões de continuidade e mudança. Em que medida esses critérios são abertos a desenvolvimento quando considerados à luz do apelo urgente de Cristo à reconciliação (Mt 5:23-24)? Não seria esta a hora de uma nova abordagem dessa questão?*

### **C. A Igreja como Sinal e Serva do Plano de Deus para o Mundo**

25. O plano de Deus é levar a humanidade e toda a criação à comunhão sob o senhorio de Cristo (Ef 1:10). Como reflexo da comunhão do Deus Triúno, a Igreja é chamada a servir a esse plano e a manifestar a misericórdia de Deus para com os seres humanos. Ela é chamada a ajudá-los a cumprir o propósito para o qual foram criados: louvar e glorificar a Deus na companhia das hostes celestiais. Essa missão da Igreja é cumprida pelos seus membros quando dão testemunho em suas vidas ou proclamam livremente as boas-novas de Jesus Cristo. A missão da Igreja é servir a esse propósito. Deus quer que todos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade (I Tm 2:4). Por isso os cristãos reconhecem que Deus alcança os que não são membros explícitos da Igreja usando meios que não são imediatamente claros aos olhos humanos. Se por um lado a Igreja respeita os elementos de verdade e bondade existentes em outras religiões e em pessoas sem religião, por outro lado sua missão continua sendo convidar, pelo testemunho, todos os homens e mulheres a conhecer e a amar Jesus Cristo.

26. Algumas passagens do Novo Testamento usam o termo *mistério* (em grego: *mysterion*) para falar tanto do plano divino de salvação em Cristo (Ef 1:9; 3.4-6) quanto da relação íntima entre Cristo e a Igreja (Ef 5:32; Cl 1:24-28). Isso denota que a Igreja tem uma qualidade espiritual, transcendente, que não pode ser apreendida quando ela é vista em sua aparência visível. A dimensão terrestre e a dimensão espiritual da Igreja não podem ser separadas. As estruturas organizacionais da comunidade cristã têm que ser vistas e julgadas à luz dos dons de Deus para a salvação em Cristo celebrados na liturgia. A Igreja, que integra em sua própria vida o mistério da salvação e da transfiguração da humanidade, participa na missão de Cristo de reconciliar todas as coisas com Deus e entre si em Cristo (II Co 5:18-21; Rm 8:18-25).

27. Existe amplo acordo de que Deus estabeleceu a Igreja como instrumento privilegiado para a realização de seu plano universal. Algumas comunidades creem que isso pode ser expresso de maneira apropriada quando falamos da “Igreja como sacramento”. Outras comunidades não usam essa linguagem ou a rejeitam. Quem usa a expressão “Igreja como sacramento” entende que a Igreja é um sinal e meio eficaz (algumas vezes chamado *instrumento*) da comunhão dos seres humanos consigo mesmos possibilitada pela comunhão no Deus Triúno<sup>22</sup>. Quem evita o uso dessa expressão acredita que seu uso pode tornar obscura a distinção entre a Igreja e os sacramentos e que essa expressão pode nos levar a ignorar o pecado presente nos membros da comunidade. Todos estão de acordo em afirmar que Deus é o autor da salvação. As diferenças se referem aos modos pelos quais as várias comunidades entendem a natureza e o propósito da Igreja e de seus ritos da obra da salvação.

### ***A expressão “a Igreja como sacramento”***

*Quem usa a expressão “a Igreja como sacramento” não nega a “sacramentalidade” específica dos sacramentos nem a fraqueza dos ministros humanos. Quem rejeita essa expressão, por outro lado, não nega que a Igreja seja um sinal eficaz da presença e ação divinas.*

---

<sup>22</sup> Por exemplo, os bispos católicos no Concílio Vaticano II afirmaram que “a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (Constituição Dogmática *Lumen gentium* sobre a Igreja, 1, [www.vatican.va](http://www.vatican.va)). A palavra *instrumento* quer expressar de modo positivo a “efetividade” da Igreja. Há cristãos que enfatizam a natureza sacramental da Igreja mas não julgam apropriado o uso da palavra *instrumento* em relação a ela. A recepção ampla da ideia de que a Igreja é um sinal pode ser vista no relatório do Conselho Mundial de Igrejas “O Espírito Santo e a Catolicidade da Igreja”, da IV Assembleia Geral do CMI, ocorrida em Uppsala em 1968: “A Igreja ousa falar de si mesma como o sinal da unidade futura da humanidade” [N. Goodall (ed.), *The Uppsala Report*, Geneva, WCC, 1968, 17.]

*Não seria então o caso de ver essa diferença como uma questão em que distintas formulações legítimas são compatíveis e ambas aceitáveis?*

#### **D. Comunhão na Unidade e na Diversidade**

28. Na vida de comunhão, a diversidade legítima é um dom do Senhor. O Espírito Santo distribui aos fiéis diferentes dons complementares para o bem comum (I Co 12:4-7). Os discípulos são chamados à unidade plena (At 2:44-47; 4:32-37) e a respeitarem a diversidade que existe entre eles e serem enriquecidos por ela (I Co 12:14-26). Fatores culturais e históricos contribuem para a diversidade que existe na Igreja. Para que o Evangelho seja vivido autenticamente em cada época e lugar, ele deve ser proclamado por meio das linguagens, símbolos e imagens que são relevantes nos diferentes contextos. Essa diversidade legítima é ameaçada quando alguns cristãos consideram que sua expressão cultural do Evangelho é a única que é autêntica e que, por isso, deve ser imposta a cristãos de outras culturas.

29. Mas isso não significa renunciar à unidade. Cada igreja local está em comunhão com as igrejas locais de todos os lugares e todos os tempos através da fé comum em Cristo, da celebração dos sacramentos e da vida de serviço e testemunho. Um ministério pastoral de serviço à unidade e afirmação da diversidade é outro importante meio dado à Igreja. Esse ministério ajuda as pessoas com dons diferentes a permanecer numa relação de compromisso e responsabilidade mútuos.

30. Questões sobre unidade e diversidade existem na Igreja desde que, com a ajuda do Espírito Santo, a Igreja tomou consciência de que os gentios tinham que ser recebidos em sua comunhão (At 15:1-29; 10:1-11:18). A carta que a reunião em Jerusalém enviou aos cristãos em Antioquia contém o que poderíamos chamar de um princípio fundamental que governa a relação entre unidade e diversidade: “Pois pareceu bem ao Espírito e a nós não vos impor maior encargo além dessas coisas essenciais” (At 15:28). Mais tarde, os concílios ecumênicos deram mais exemplos dessas “coisas essenciais”. No primeiro Concílio Ecumênico (Nicéia, 325) os bispos ensinaram que a comunhão na fé exigia a afirmação da divindade de Cristo. Em tempos mais recentes, as igrejas se reuniram para formular ensinamentos eclesiais baseados nesse princípio fundamental. Esse foi o caso da condenação do regime de *apartheid* por muitas comunidades cristãs<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> “World Council of Churches’ Consultation with Member-Churches in South Africa – Cottesloe, Johannesburg, 7-14 December, 1960”, *The Ecumenical Review*, XIII(2), January 1961, 244-250; “Statement on Confessional Integrity”, in *In Christ a New Community: The Proceedings of the Sixth Assembly of the Lutheran World Federation: Dar-es-Salaam, Tanzania, June 13-25, 1977*, Geneva, Lutheran

A diversidade legítima tem seus próprios limites. Quando esses limites são transgredidos, a diversidade pode ser destrutiva para o dom da unidade. Na Igreja, heresias e cismas, conflitos políticos e expressões de ódio, têm ameaçado o dom divino da comunhão. Os cristãos são chamados a trabalhar incansavelmente pela superação de divisões e heresias, e a preservar como tesouro as diferenças legítimas na liturgia, nos costumes e nas leis. Eles são chamados a afirmar diversidades legítimas na espiritualidade, no método teológico e na formulação teológica, de modo a contribuir para a unidade e catolicidade da Igreja como um todo<sup>24</sup>.

### ***Diversidade legítima e diversidade que causa divisão***

*O diálogo ecumênico que busca a unidade pela qual Cristo orou é um esforço de representantes das várias igrejas cristãs para discernir, com a ajuda do Espírito Santo, o que é necessário à unidade, segundo a vontade de Deus, e o que pode ser considerado propriamente como diversidade legítima. Apesar de as igrejas terem seus próprios critérios para distinguir entre diversidade legítima e diversidade ilegítima, faltam nesse processo duas coisas: (a) critérios ou meios de discernimento que sejam comuns a todas as igrejas, e (b) estruturas para o uso efetivo desses critérios que sejam reconhecidas por todas as igrejas. Todas as igrejas procuram seguir a vontade de Deus, mesmo quando não estão de acordo sobre certas questões de fé e ordem e sobre se os desacordos justificam a divisão entre elas ou são apenas diversidade legítima. As igrejas são convidadas a considerar a seguinte questão: Quais são os passos positivos a serem dados para que o discernimento conjunto seja possível?*

---

World Federation, 1977, 179-180, 210-212; “Resolution on Racism and South Africa,” in *Ottawa 82: Proceedings of the 21<sup>st</sup> General Council of the World Alliance of Reformed Churches (Presbyterian and Congregational) Held at Ottawa, Canada, August 17-27, 1982*, Geneva, Offices of the Alliance, 1983, 176-180; The Belhar Confession, [www.urcsa.org](http://www.urcsa.org).

<sup>24</sup> Ver a declaração do Conselho Mundial de Igrejas “The Unity of the Church as *Koinonia*: Gift and Calling”: “Diversidades com raízes em tradições teológicas ou em vários encontros culturais, étnicos ou históricos são parte integrante da natureza da comunhão, mas a diversidade tem limites. A diversidade é ilegítima quando, por exemplo, ela torna impossível que confessemos juntos que Jesus Cristo é Deus e Salvador, o mesmo ontem, hoje e para todo o sempre (Hb 13:8)... . Na comunhão, diferenças convivem em harmonia como dons do Espírito Santo e contribuem para a riqueza e a plenitude da Igreja de Deus.” In M. Kinnamon (ed.), *Signs of the Spirit: Official Report Seventh Assembly*, Genebra: WCC / Grand Rapids: Eerdmans, 1991, 173. O tema da diversidade legítima é mencionado com frequência nos diálogos bilaterais. O diálogo anglicano-ortodoxo, por exemplo, nota a ampla diversidade da vida das igrejas locais: “Se o testemunho da fé não for afetado, essa diversidade não é vista como deficiência ou causa de divisão, mas como sinal da plenitude do Espírito que distribui a cada um segundo sua vontade.” *The Church of the Triune God: The Cyprus Statement Agreed by the International Commission for Anglican-Orthodox Dialogue 2006*, London, Anglican Communion Office, 2006, 91. Ver também o diálogo católico romano-luterano, *Facing Unity* (1984), §§5-7, 27-30, e especialmente 31-34, em *Growth in Agreement II*, 445-446, 449-450; Comissão Internacional para o Diálogo Anglicano-Católico Romano, *The Gift of Authority*, §26-31, em *Growth in Agreement III*, 68-69; e o diálogo católico romano-metodista, *Speaking the Truth in Love*, §50, em *Growth in Agreement III*, 154.

## E. Comunhão de Igrejas Locais

31. A eclesiologia de comunhão é um bom marco referencial para a análise da relação entre a igreja local e a igreja universal. Estamos quase todos de acordo em definir a igreja local como “a comunidade dos que creem e são batizados, na qual a palavra de Deus é proclamada, a fé apostólica é confessada, os sacramentos celebrados, a obra redentora de Cristo pelo mundo é manifestada no testemunho, e um ministério de supervisão (em grego *episkopè*) é exercido por bispos ou outros ministros a serviço da comunidade.”<sup>25</sup> Cultura, língua e história fazem parte da vida da igreja local.

Ao mesmo tempo, a comunidade cristã em cada lugar tem em comum com todas as outras igrejas locais aquilo que é essencial à vida em comunhão. Cada igreja local tem plenamente o que é necessário para ser Igreja. Cada igreja local é totalmente Igreja, mas não é a Igreja em sua totalidade. Por isso, não podemos abordar a igreja local isoladamente: ela deve ser abordada na relação dinâmica que mantém com as demais igrejas locais. Desde os primeiros tempos, a comunhão entre as igrejas locais é mantida por meio de coletas, cartas, visitas, hospitalidade eucarística, e expressões concretas de solidariedade (I Co 16; II Co 8:1-9; Gl 2:1-10). Durante os primeiros séculos, as igrejas locais se reuniam ocasionalmente para se aconselharem. Essas eram maneiras de nutrir a interdependência e preservar a comunhão.

Assim, a comunhão de igrejas locais não é algo opcional. A Igreja universal é a comunhão das igrejas locais unidas umas às outras em todo o mundo na fé e no culto<sup>26</sup>. Ela não é apenas a soma, a federação ou a juxtaposição das igrejas locais. Todas elas juntas são a Igreja presente e ativa neste mundo. De acordo com a catequese batismal de Cirilo de Jerusalém, a catolicidade da Igreja não se refere apenas à extensão geográfica. A catolicidade refere-se também à grande diversidade de igrejas locais e à participação delas na plenitude da fé e da vida que une as igrejas locais em uma só *koinonía*<sup>27</sup>.

32. Apesar do acordo entre as igrejas sobre essa visão da comunhão das igrejas locais na Igreja universal, há diferenças

---

<sup>25</sup> Ver o relatório do Grupo Conjunto do Conselho Mundial de Igrejas e da Igreja Católica Romana “The Church: Local and Universal”, §15, em *Growth in Agreement III*, 866. Nessa definição, o termo “local” não deve ser confundido com o termo “denominacional”.

<sup>26</sup> Ver as declarações sobre a unidade das assembleias do Conselho Mundial de Igrejas realizadas em Nova Delhi, Uppsala, e Nairobi: W.A. Visser ‘t Hooft (ed.), *The New Delhi Report: The Third Assembly of the World Council of Churches 1961*, London, SCM, 1962, 116-134; N. Goodall (ed.), *The Uppsala Report 1968*, 11-19; and D.M. Paton (ed.), *Breaking Barriers Nairobi 1975: The Official Report of the Fifth Assembly of the World Council of Churches*, London, SPCK / Grand Rapids, Eerdmans, 1976, 59-69.

<sup>27</sup> Cirilo de Jerusalém, “Catequese 18”, em J.P. Migne, *Patrologia Graeca*, 33, 1044.



entre elas quanto à extensão geográfica da comunidade designada pelo termo “igreja local” e quanto ao papel dos bispos.

Para algumas igrejas, o bispo, como sucessor dos apóstolos, é um elemento essencial da estrutura e da realidade da igreja local. Portanto, em sentido estrito, a igreja local é uma diocese formada por certo número de paróquias. Para outras igrejas, que desenvolveram identidades distintas, a expressão “igreja local” é menos usada e não é definida pelo ministério de um bispo. Para algumas dessas igrejas, a igreja local é simplesmente a congregação dos fiéis reunida em um lugar para ouvir a Palavra e celebrar os sacramentos.

Tanto os que veem o bispo como essencial quanto os que não o veem como essencial usam às vezes o termo igreja local para indicar uma configuração regional de igrejas reunidas numa estrutura sinodal dotada de presidência. Por fim, ainda não há acordo sobre o modo como os níveis local, regional e universal se relacionam uns com os outros, apesar de passos importantes na busca de convergência sobre isso terem sido dados nos diálogos bilaterais e multilaterais.<sup>28</sup>

### ***A relação entre a Igreja local e a Igreja universal***

*Muitas igrejas aderem a uma compreensão comum tanto da relação fundamental entre as igrejas locais e a Igreja universal quanto da comunhão entre elas. Elas afirmam juntas que a presença de Cristo, pela vontade do Pai e pelo poder do Espírito, se manifesta plenamente na igreja local (ela é “totalmente Igreja”) e que a presença de Cristo leva a igreja local a estar em comunhão com a Igreja universal (ela não é a Igreja em sua totalidade). Mesmo no contexto desse acordo fundamental, a expressão “igreja local” pode ser usada de maneiras diferentes. Em nossa busca conjunta por mais unidade, convidamos as igrejas a promover melhor compreensão e acordo sobre esse tema: Qual é a relação apropriada entre os diferentes níveis de vida de uma Igreja plenamente unida? Quais são os ministérios de liderança necessários ao serviço e ao fortalecimento dessa relação?*

---

<sup>28</sup> Um bom exemplo tirado do diálogo multilateral é o relatório da Comissão Conjunta do Conselho Mundial de Igrejas e da Igreja Católica Romana “The Church: Local and Universal”, em [www.oikoumene.org](http://www.oikoumene.org), e *Growth in Agreement II*, 862-875. Ver também, nos diálogos bilaterais, a seção “Ecclesial communion – communion of Churches” do diálogo católico romano-luterano “Church and Justification”, *Growth in Agreement II*, 505-512. Ver especialmente a declaração do diálogo católico romano-ortodoxo “Ecclesiological and Canonical Consequences of the Sacramental Nature of the Church: Ecclesial Communion, Conciliarity and Authority” (chamada também de “The Ravenna Document”, 2007), em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

## Capítulo III

### A Igreja: Crescendo na Comunhão

#### A. Já, Mas Ainda Não

33. A Igreja é uma realidade escatológica, pois ela antecipa o reino, mas ela ainda não é o reino em sua plena realização. O Espírito Santo é o principal agente no estabelecimento do reino. O Espírito guia a Igreja para que ela seja serva da obra divina do reino. Somente quando vemos o presente na perspectiva iluminadora do Espírito Santo, que dirige a história da salvação para sua recapitulação final em Cristo para a glória do Pai, é que começamos a captar algo do mistério da Igreja.

34. Por um lado, a Igreja é a comunhão dos fiéis em relação pessoal com Deus. Nesse sentido ela já é a comunidade escatológica desejada por Deus. Os sinais visíveis e concretos que mostram que essa nova vida em comunhão já é real são: receber e compartilhar a fé dos apóstolos; o batismo; o partir e compartilhar do pão eucarístico; a oração, uns com os outros, uns pelos outros e pelas necessidades do mundo; servir aos outros no amor e participar de suas alegrias e tristezas; ajuda material; proclamar e dar testemunho das boas novas na missão; trabalhar juntos pela justiça e pela paz.

Por outro lado, a Igreja é uma realidade histórica constituída de seres humanos sujeitos às condições do mundo. Uma dessas condições é a mudança<sup>29</sup>. Ela pode ser positiva, quando se refere ao crescimento ou ao desenvolvimento, ou negativa, quando se refere ao declínio ou à distorção. Outras condições do mundo são os fatores culturais e históricos que podem ter um impacto positivo ou negativo na fé, na vida e no testemunho da Igreja.

35. A Igreja é uma comunidade peregrina. Por isso ela luta com a realidade do pecado. O diálogo ecumênico mostrou que por trás das opiniões tidas às vezes como contraditórias sobre a relação entre a santidade da Igreja e o pecado humano existem convicções profundas e amplamente partilhadas.

Há diferenças significativas na maneira segundo a qual os fiéis articulam essas convicções. Uns dizem que a tradição a que pertencem ensina que a Igreja é sem pecado, pois como corpo de Cristo ela não pode pecar. Outros acham que é correto dizer que a Igreja peca pois o pecado pode se tornar sistêmico e atingir a

---

<sup>29</sup> A mudança como condição humana não obscurece o significado permanente de Jesus Cristo e seu Evangelho: “Jesus Cristo, ontem e hoje, é o mesmo e o será para sempre” (Hb 13:8).

instituição da Igreja; e que, apesar de o pecado estar em contradição com a verdadeira identidade da Igreja, ele não é menos real. Outro fator que pode influenciar essa questão são as várias maneiras segundo as quais as diferentes comunidades entendem o pecado: para algumas ele é imperfeição moral, para outras ele é ruptura de relação.

36. A Igreja é o corpo de Cristo. Segundo sua promessa, as portas do inferno não prevalecerão contra ela (Mt 16:18). Cristo venceu o pecado de modo completo e irreversível. Sua promessa e graça dão aos cristãos a confiança de que a Igreja receberá sempre os frutos dessa vitória. Mas eles estão igualmente conscientes de que, no tempo presente, os fiéis são vulneráveis ao poder do pecado tanto individual quanto coletivamente. Todas as igrejas reconhecem a realidade do pecado entre seus fiéis bem como suas trágicas consequências. Todas reconhecem a necessidade constante de autoexame, penitência, conversão (*metanoia*), reconciliação e renovação. Santidade e pecado estão relacionados com a Igreja de maneiras diferentes e desiguais. A santidade expressa a identidade da Igreja segundo a vontade de Deus, ao passo que o pecado contradiz essa identidade (Rm 6:1-11).

## **B. Crescendo nos Elementos Essenciais da Comunhão: Fé, Sacramentos, Ministério**

37. A caminhada rumo à realização plena do dom divino da comunhão exige das comunidades cristãs que elas estejam de acordo quanto a aspectos essenciais da vida da Igreja. “Os elementos eclesiais necessários à comunhão plena numa Igreja cuja unidade é visível – esse é o objetivo do movimento ecumênico – são a comunhão na plenitude da fé apostólica, na vida sacramental, num ministério unido e mutuamente reconhecido; em estruturas de relação conciliar e tomada de decisão; no testemunho e serviço ao mundo.”<sup>30</sup> Esses atributos

---

<sup>30</sup> Ver “The Church: Local and Universal”, 1990, §25, em *Growth in Agreement II*, 868. Os parágrafos 10-11 e 28-32 desse texto demonstram com citações e notas de rodapé que seu tratamento da noção de comunhão recorreu a vários diálogos ecumênicos com a participação de anglicanos, católico-romanos, luteranos, metodistas, ortodoxos e reformados, bem como a várias declarações sobre a unidade adotadas por assembleias do Conselho Mundial de Igrejas (ver a nota de rodapé do §31). A declaração do Conselho Mundial de Igrejas “The Unity of the Church as *Koinonia*: Gift and Calling” enfatiza o ministério, ao acrescentar o termo “reconciliados” ao termo “reconhecidos”: M. Kinnamon (ed.), *Signs of the Spirit: Official Report Seventh Assembly*, Genebra: WCC / Grand Rapids: Eerdmans, 1991, 173. Listas similares dos principais elementos da comunhão aparecem no documento católico-luterano “Facing Unity”, em *Growth in Agreement II*, 456-477, que descreve a Igreja como comunidade de fé, sacramentos e serviço; e no texto católico romano-metodista “The Apostolic Tradition”, em *Growth in Agreement II*, 610-613, que descreve o corpo vivo da Igreja em termos de fé, culto e ministério. As declarações clássicas sobre a unidade das assembleias do Conselho Mundial de Igrejas realizadas em New Delhi (1961), Nairobi (1975), Canberra (1991), e Porto Alegre (2006), listam os elementos essenciais da unidade, como ilustra esta citação: “Nossas igrejas afirmam que a unidade pela qual oramos, esperamos e trabalhamos é *koinonia*

servem como quadro referencial para manter a unidade na diversidade. Além disso, o crescimento das igrejas na unidade da Igreja una está intimamente relacionado à vocação a promover a unidade da humanidade e da criação, pois Cristo, cabeça da Igreja, é também aquele em quem todas as coisas serão reconciliadas. O diálogo, a exemplo do que acompanhou a redação e recepção de *Batismo, Eucaristia e Ministério*, registra progresso significativo na convergência em relação a esses elementos essenciais da comunhão, apesar de haver menos convergência quanto ao ministério do que quanto aos outros dois elementos. O presente texto não pretende repetir esses progressos. Ele se propõe apenas a resumi-los brevemente e a indicar alguns dos passos que foram dados em anos recentes.

### *Fé*

38. Existe amplo acordo quanto ao primeiro desses elementos. A Igreja é chamada a proclamar, em cada geração, a fé “que uma vez por todas foi entregue aos santos” (Jd 3) e a permanecer firme no ensino transmitido primeiramente pelos apóstolos. A fé vem pela Palavra de Deus, inspirada pela graça do Espírito Santo, atestada nas Escrituras e transmitida pela tradição viva da Igreja. Ela é confessada no culto, na vida, no serviço e na missão. Ela deve ser interpretada no contexto de tempos e lugares em mutação, mas a interpretação deve estar em continuidade com o testemunho original e com sua explicação fiel através dos séculos. A fé deve ser vivida como resposta ativa aos desafios de cada tempo e lugar. Ela fala às situações pessoais e sociais, inclusive às situações de injustiça, de violação da dignidade humana e de degradação da criação.

39. O diálogo ecumênico mostrou que os cristãos estão unidos em muitos aspectos centrais da doutrina cristã<sup>31</sup>. Em 1991, o texto de estudo *Confessing the One Faith* conseguiu não apenas demonstrar que há entre os cristãos acordo substancial quanto ao significado do Credo Niceno, que faz parte da liturgia de muitas igrejas. Esse texto de estudo explicou também que a fé afirmada no Credo está baseada nas Escrituras, é confessada no símbolo ecumênico e deve ser confessada de novo em relação aos desafios

---

dada e expressa na confissão comum da fé apostólica; em uma vida sacramental comum na qual entramos pelo batismo e que celebramos na comunhão eucarística; em uma vida comum em que membros e ministros são mutuamente reconhecidos e reconciliados; em uma missão comum de testemunho a todos os povos do evangelho da Graça de Deus e de serviço a toda a criação'. Essa *koinonia* deve ser expressa em cada lugar e por meio de relação conciliar entre as igrejas em diferentes lugares,” “Called to Be the One Church”, §2, *Growth in Agreement III*, 606-607.

<sup>31</sup> Ver, por exemplo os capítulos “Fundamentals of Our Common Faith: Jesus Christ and the Holy Trinity” e “Salvation, Justification, Sanctification” da obra de Walter Kasper *Harvesting the Fruits: Basic Aspects of Christian Faith in Dialogue*, London-New York, Continuum, 2009, 10-47, que relata a convergência entre anglicanos, católico-romanos, luteranos, metodistas e reformados em relação a esses temas.

do mundo contemporâneo. A intenção desse texto de estudo era não só ajudar as igrejas a reconhecer em si mesmas e nas demais igrejas a fidelidade à fé do Credo, mas igualmente oferecer a elas um instrumento ecumênico íntegro para que proclamem a fé nos dias de hoje. Em 1998, *A Treasure in Earthen Vessels* explorou a contínua interpretação das Escrituras e da Tradição na transmissão da fé. Esse estudo notou que “o Espírito Santo inspira e guia as igrejas para que cada uma delas repense e reinterprete sua tradição em conversação com as demais, sempre buscando dar corpo à Tradição na unidade da Igreja de Deus.”<sup>32</sup>

As igrejas estão em geral de acordo quanto à importância da Tradição na formação da Bíblia e em sua interpretação posterior. Nesse contexto, o diálogo recente procura entender como a comunidade cristã efetua essa interpretação. Muitos diálogos bilaterais reconhecem que a interpretação eclesial do significado contemporâneo da Palavra de Deus envolve a experiência de fé de todo o povo, as ideias dos teólogos, e o discernimento do ministério ordenado.<sup>33</sup> O desafio das igrejas hoje é chegar a um acordo em relação ao modo pelo qual esses fatores operam juntos.

### *Sacramentos*

40. Em relação aos sacramentos, as igrejas manifestaram apoio significativo à maneira como *Batismo, Eucaristia e Ministério* (1982) descreveu o significado e a celebração do batismo e da eucaristia.<sup>34</sup> Esse documento também sugeriu pistas para futura convergência em relação às mais importantes questões até então sem solução: quem pode ser batizado; a presença de Cristo na

---

<sup>32</sup> *A Treasure in Earthen Vessels*, Geneva, WCC, 1998, §32. Antes disso, o texto *Batismo, Eucaristia e Ministério* tinha notado: “A tradição apostólica na Igreja significa a continuidade nas características permanentes da Igreja dos apóstolos: testemunho da fé apostólica; proclamação e interpretação renovada do Evangelho; celebração do batismo e da eucaristia; a transmissão de responsabilidades ministeriais; comunhão na oração, no amor, na alegria e no sofrimento; serviço aos enfermos e necessitados; unidade entre as igrejas locais; partilha dos dons que o Senhor distribuiu a cada uma”, em *Batismo, Eucaristia e Ministério*, São Paulo, ASTE, 2001.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, a declaração luterana-ortodoxa “Scripture and Tradition”, em *Growth in Agreement II*, 224-225; o documento católico romano-metodista “The Word of Life”, §62-72, que descreve os “Agentes de Discernimento” em *Growth in Agreement II*, 632-634; o relatório anglicano-católico romano “Gift of Authority”, em *Growth in Agreement III*, 60-81; o relatório católico romano-discípulos “Receiving and Handing on the Faith: The Mission and Responsibility of the Church”, em *Growth in Agreement III*, 121-137; o relatório católico romano-metodista “Speaking the Truth in Love: Teaching Authority among Catholics and Methodists”, em *Growth in Agreement III*, 138-176; e o relatório ortodoxo oriental-reformado de 2001, §22-28, que aborda “Tradição e Escritura Sagrada” e “O Papel do Teólogo na comunidade Cristã”, em *Growth in Agreement III*, 43-44.

<sup>34</sup> Ver *Baptism, Eucharist and Ministry, 1982-1990: Report on the Process and Responses*, Geneva, WCC, 1990, 39, 55-56.

eucaristia em relação ao sacrifício de Cristo na cruz. Por outro lado, apesar de comentar rapidamente a crisma ou confirmação, *Batismo, Eucaristia e Ministério* não se refere a outros ritos celebrados em muitas comunidades e considerados sacramentais por algumas. Além disso, o documento não foi projetado para levar em consideração o ponto de vista das comunidades que afirmam, por um lado, que sua vocação não inclui os ritos do batismo e da eucaristia, embora, por outro, que elas mesmo assim são partícipes da vida sacramental da Igreja.

41. Podemos resumir da seguinte maneira a convergência crescente das igrejas em relação à compreensão do batismo<sup>35</sup>. Por meio do batismo com água em nome do Deus Triúno – Pai, Filho, Espírito Santo – os cristãos são unidos a Cristo e uns aos outros na Igreja de todos os tempos e lugares.

O batismo introduz e celebra a nova vida em Cristo e a participação em seu batismo, sua vida, sua morte e ressurreição (Mt 3:13-17; Rm 6:3-5). O batismo é “a água do novo nascimento e renovação pelo Espírito Santo (Tt 3:5) que incorpora os fiéis ao corpo de Cristo e lhes permite participar do reino de Deus e da vida do mundo vindouro (Ef 2:6). O batismo inclui a confissão de pecados, a conversão do coração, o perdão, e a purificação e santificação. Ele consagra o fiel como membro de “uma raça eleita, sacerdócio real, nação santa” (1Pe 2:9). Ele é, por isso, um vínculo básico de unidade. Para algumas igrejas, o dom do Espírito Santo ocorre de modo especial através da crisma ou confirmação, considerada por elas como um dos sacramentos de iniciação. O acordo geral sobre o batismo levou algumas pessoas envolvidas no movimento ecumênico a pedir o reconhecimento mútuo do batismo.<sup>36</sup>

42. Existe uma relação profunda e dinâmica entre o batismo e a eucaristia. Ao passar pela iniciação, o cristão passa a fazer parte da comunhão. Essa comunhão é alimentada na eucaristia e chega, nela, à sua expressão mais plena. A eucaristia reafirma a fé batismal e transmite a graça necessária a uma vida vivida como resposta à vocação cristã.

Podemos resumir da seguinte maneira o progresso no acordo sobre a eucaristia atestado no diálogo ecumênico<sup>37</sup>. A Ceia do

---

<sup>35</sup> Esse parágrafo retoma o material elaborado no subtítulo “II. O significado do Batismo”, em *Batismo, Eucaristia e Ministério*, seção Batismo, §2-7. Afirmações similares de quatro diálogos bilaterais internacionais podem ser encontradas em “Common Understanding of Baptism”, em W. Kasper, *Harvesting the Fruits*, 164-168. Ver também o texto de estudo da Comissão de Fé e Ordem *One Baptism: Towards Mutual Recognition*, Geneva, WCC, 2011.

<sup>36</sup> Um exemplo desse reconhecimento mútuo do batismo é o acordo, de abril de 2007, entre dezesseis comunidades filiadas ao Conselho de Igrejas Cristãs na Alemanha. Ver [www.ekd.de/english/mutual\\_recognition\\_of\\_baptism.html](http://www.ekd.de/english/mutual_recognition_of_baptism.html).

<sup>37</sup> Esse resumo baseia-se no texto “II. O Significado da Eucaristia”, em *Batismo, Eucaristia e Ministério*, seção Eucaristia, §§22-26. Sobre os diferentes níveis de

Senhor é a celebração em que, reunidos à sua mesa, os Cristãos recebem o corpo e o sangue de Cristo. A Ceia do Senhor é proclamação do Evangelho, glorificação do Pai pelos seus feitos na criação, redenção e santificação (*doxologia*); ela é memorial da morte e ressurreição de Jesus Cristo e do que foi cumprido uma vez por todas na cruz (*anamnesis*); ela é invocação do Espírito Santo para que o Espírito transforme tanto os elementos pão e vinho quanto os que os recebem (*epiclesis*). A Ceia inclui intercessão pelas necessidades da Igreja e do mundo. A comunhão dos fiéis, que é antecipação e primícia do reino vindouro, torna-se mais profunda e os motiva a sair para participar da missão de Cristo que inaugura o reino agora. São Paulo enfatiza a relação entre a Ceia do Senhor e a vida da Igreja (I Co 10:16-17; 11:17-33).

43. A confissão da fé e o batismo são inseparáveis de uma vida de serviço e testemunho. O mesmo pode ser dito da eucaristia. Ela pede a todos que são irmãos e irmãs na família de Deus que pratiquem a reconciliação e o compartilhar. “Na eucaristia, os cristãos são chamados à solidariedade com os excluídos e a serem sinais do amor de Cristo que viveu e deu-se em sacrifício por todos e que agora se oferece na eucaristia... . A eucaristia traz ao presente uma nova realidade que transforma os cristãos em imagem de Cristo e, assim, faz deles testemunhas eficazes.”<sup>38</sup> A renovação litúrgica em algumas igrejas pode ser entendida em parte como recepção das convergências a que chegaram os diálogos ecumênicos sobre os sacramentos.

44. Há divergência entre as tradições cristãs quanto a definir ritos como batismo e eucaristia como “sacramentos” ou “ordenanças”. A palavra “sacramento” (usada para traduzir a palavra grega *mysterion*) indica que a obra salvadora de Deus é comunicada no ato ritual ao passo que o termo *ordenança* enfatiza que o ato ritual é realizado em obediência às palavras e ao exemplo de Cristo<sup>39</sup>. Essas duas posições eram vistas em oposição uma à outra. Mas o texto de estudo *One Baptism*, da Comissão de Fé e Ordem, nota que “a maioria das tradições, tanto as que usam o termo ‘sacramento’ quanto as que usam o termo ‘ordenança’, afirma que esses atos rituais são ao mesmo tempo *instrumentais* (pois Deus os usa para fazer surgir uma nova realidade) e *expressivos* (de uma realidade que já existe). Algumas tradições enfatizam a dimensão instrumental ... enquanto outras enfatizam a dimensão expressiva.”<sup>40</sup> Não seria essa diferença mais uma questão de ênfase que de desacordo doutrinal? Esses ritos expressam tanto o

---

convergência entre anglicanos, católico-romanos, luteranos, metodistas e reformados, ver “The Eucharist”, em W. Kasper, *Harvesting the Fruits*, 168-190.

<sup>38</sup> *Batismo, Eucaristia e Ministério*, seção “Ministério”, §§24 e 26.

<sup>39</sup> O termo latino *sacramentum* designava o juramento de um recruta ao entrar no serviço militar e foi usado pelo primeiro grande teólogo de língua latina, Tertuliano (160-220), em referência ao batismo.

<sup>40</sup> *One Baptism: Towards Mutual Recognition*, Geneva, WCC, 2011, §30.

aspecto “institucional” quanto o aspecto “carismático” da Igreja. Eles são atos visíveis, eficazes, instituídos por Cristo e, ao mesmo tempo, dotados de poder pelo Espírito Santo. Por meio deles, o Espírito concede aos que recebem os sacramentos uma variedade de dons para a edificação da Igreja e sua missão no e para o mundo.

### ***Sacramentos e ordenanças***

*Com base tanto nas convergências sobre o batismo e a eucaristia quanto na reflexão sobre as raízes históricas e a compatibilidade possível entre as expressões “sacramento” e “ordenança”, as igrejas são desafiadas a considerar se elas podem chegar a um acordo mais profundo em relação à dimensão da vida da Igreja relacionada a esses ritos. Essa convergência levaria as igrejas a algumas outras questões. Muitas igrejas celebram em suas liturgias outros ritos ou sacramentos, como crismas e confirmações, casamentos e ordenanças, e muitas têm ritos para o perdão dos pecados e a bênção dos enfermos. Não seria então o caso de examinar-se nos diálogos ecumênicos o número e o status eclesial desses sacramentos ou ordenanças? Convidamos também as igrejas a ponderar se elas podem hoje chegar a uma convergência mais profunda em relação a quem pode receber o batismo e quem pode presidir as celebrações litúrgicas na Igreja. Existem maneiras pelas quais uma maior compreensão mútua seria instaurada entre as igrejas que celebram esses ritos e as comunidades cristãs que estão convencidas de que compartilhar na vida de Cristo não requer a celebração dos sacramentos ou de outros ritos?*

### ***Ministério na Igreja***

#### *Ministério Ordenado*

45. Todas as igrejas afirmam o ensino bíblico segundo o qual, diferentemente dos muitos sacerdotes da antiga aliança (Hb 7:23), Jesus, nosso supremo sacerdote (Hb 8:10), ofereceu seu sacrifício redentor “uma vez por todas” (Hb 7:27; 9:12; 9:26; 10:10, 12-14). Mas elas divergem ao tirar consequências diferentes desses textos. O documento *Batismo, Eucaristia e Ministério* observou que os ministros ordenados “podem ser chamados corretamente de sacerdotes porque eles prestam um serviço sacerdotal específico ao fortalecer e edificar o sacerdócio real dos fiéis por meio da palavra e dos sacramentos, por meio das orações de intercessão, e por meio da liderança pastoral que exercem na comunidade.”<sup>41</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, algumas igrejas afirmam que o ministério ordenado tem uma relação especial com o sacerdócio único de Cristo; e que essa relação especial é diferente do sacerdócio real descrito em 1Pe 2:9, ainda que esteja em relação com ele. Essas igrejas acreditam que algumas pessoas são ordenadas pelo sacramento da ordem para exercer uma função

---

<sup>41</sup> *Batismo, Eucaristia e Ministério*, seção Ministério, §17.



sacerdotal específica.<sup>42</sup> Outras igrejas não consideram os ministros ordenados como “sacerdotes” e algumas não definem a ordenação em termos sacramentais. Há também desacordo entre os cristãos acerca da ordenação à palavra e aos sacramentos ser tradicionalmente restringida apenas a homens.

### ***Ministério ordenado***

*O diálogo ecumênico mostrou repetidas vezes que as questões ligadas ao ministério ordenado constituem obstáculos desafiadores no caminho da unidade. Se diferenças como as que dizem respeito ao sacerdócio do ministério ordenado impedem a plena unidade, então as igrejas devem urgentemente dar prioridade à descoberta de meios para superá-las.*

46. Todas as igrejas buscam nas Escrituras a vontade de Deus para a compreensão, estruturação e exercício do ministério ordenado. Mas não existe no Novo Testamento um modelo único de ministério. Houve momentos em que o Espírito guiou a Igreja na adaptação de seus ministérios às necessidades do contexto (At 6:1-6). Várias formas de ministério foram abençoadas com dons do Espírito Santo.

Escritores antigos, como Inácio de Antioquia, enfatizaram o ministério triplo formado por bispo, presbítero e diácono.<sup>43</sup> Esse modelo de três ministérios inter-relacionados, que pode ser visto como tendo raízes no Novo Testamento, tornou-se mais tarde o modelo geralmente aceito e continua sendo considerado por muitas igrejas hoje como modelo normativo. Algumas igrejas, depois da Reforma, adotaram modelos diferentes de ministério.<sup>44</sup>

O ministério ordenado cumpre um papel importante entre os vários meios de manter a apostolicidade da Igreja, tais como o Cânon das Escrituras, o dogma e a ordem litúrgica. A sucessão no ministério existe para servir a continuidade apostólica da Igreja.

47. Hoje, quase todas as comunidades cristãs possuem uma estrutura formal de ministério. Com frequência, essa estrutura é diversificada e reflete, mais ou menos explicitamente, o modelo triplo *episkopos-presbyteros-diakonos*. Porém, as igrejas continuam divididas quanto a afirmar que o “episcopado histórico” (isto é,

---

<sup>42</sup> Ver o texto anglicano-católico romano “Ministry and Ordination” e “Elucidation” em *Growth in Agreement I*, 78-87; o diálogo católico romano-ortodoxo “The Sacrament of Order in the Sacramental Structure of the Church”, em *Growth in Agreement II*, 671-679.

<sup>43</sup> Santo Inácio de Antioquia, *Carta aos Magnésios* 6, 13; *Carta aos Tralianos* 7; *Carta aos Filadelfos* 4; *Carta aos Esmirnenses* 8.

<sup>44</sup> Dois relatos interessantes desses desenvolvimentos ligados à Reforma são o texto do diálogo católico romano-reformado “Towards a Common Understanding of the Church”, na seção “Towards a Reconciliation of Memories”, §§12-63, em *Growth in Agreement II*, 781-795; e o texto católico romano-luterano *The Apostolicity of the Church*, Minneapolis, Lutheran University Press, 2006, §§65-164.

bispos ordenados em sucessão apostólica desde as primeiras gerações da igreja) ou, mais amplamente, a sucessão apostólica do ministério ordenado, são algo que o próprio Cristo quis para sua comunidade.

Algumas igrejas creem que o ministério triplo de bispo, presbítero e diácono é um sinal de fidelidade contínua ao Evangelho e que ele é vital à continuidade apostólica de toda a Igreja.<sup>45</sup> Outras igrejas, ao contrário, não associam a fidelidade ao Evangelho à sucessão no ministério e algumas delas rejeitam o episcopado histórico, julgando-o vulnerável ao abuso e, por isso, potencialmente prejudicial ao bem-estar da comunidade. *Batismo, Eucaristia e Ministério* limitou-se a afirmar que o ministério triplo “pode servir hoje tanto como expressão da unidade que buscamos quanto como meio para alcançá-la.”<sup>46</sup>

### ***O Ministério Triplo***

*Há sinais de acordo cada vez mais amplo quanto ao lugar do ministério ordenado na Igreja. Isso nos leva a perguntar às igrejas se elas podem chegar a um consenso quanto ao ministério triplo ser ou não ser parte da vontade de Deus para sua Igreja quando ela realiza a unidade desejada por Deus.*

#### *O Dom da Autoridade no Ministério da Igreja*

48. Toda autoridade na Igreja procede daquele que é seu Senhor e cabeça, Jesus Cristo, cuja autoridade, expressa na palavra *exousia* (poder, autoridade delegada, autoridade moral, influência ou, literalmente, “o que provém do ser de alguém”) no Novo Testamento, foi exercida em seu ensino (Mt 5:2; Lc 5:3), nos milagres que operou (Mc 1:30-34; Mt 14:35-36), ao perdoar pecados (Mc 2:10; Lc 5:4), ao conduzir os discípulos pelos caminhos da salvação (Mt 16:24). O ministério de Jesus em seu todo caracterizou-se por uma autoridade que se colocou a serviço dos seres humanos (Mc 1:27; Lc 4:36). Tendo recebido “toda autoridade no céu e na terra” (Mt 28:18), Jesus compartilhou sua autoridade com os apóstolos (Jo 20:22). Os sucessores dos apóstolos, por meio do ministério de supervisão (*episkopè*), exerceram autoridade na proclamação do Evangelho, na

---

<sup>45</sup> Sobre esse tema, ver o diálogo católico romano-luterano “Church and Justification” (1993), §185, que afirma: “Não há contradição entre a doutrina da justificação e a ideia de um ministério ordenado instituído por Deus e necessário à igreja” (*Growth in Agreement II*, 529). Entretanto, alguns parágrafos depois (§ 197), o mesmo texto diz que “a diferença entre as os pontos de vista católico e luterano sobre a valoração teológica e eclesiológica do episcopado não é, assim, tão radical a ponto de a rejeição ou mesmo a indiferença luterana em relação a esse ministério estar em oposição à afirmação católica de sua indispensabilidade eclesial. O problema é mais o de uma gradação clara na valoração desse ministério. Essa gradação pode ser, e foi, expressa pelo lado católico com adjetivos como ‘necessário’ ou ‘indispensável’ e pelo lado luterano como ‘importante’, ‘significativo’ e, por isso, ‘desejável’”, *Growth in Agreement II*, 532.

<sup>46</sup> *Batismo, Eucaristia e Ministério*, seção Ministério, §22.

celebração dos sacramentos, particularmente na eucaristia, e ao conduzir pastoralmente os fiéis.<sup>47</sup>

49. A natureza diferenciada da autoridade na Igreja e seu exercício correto só podem ser compreendidos à luz da autoridade do cabeça da Igreja, que foi crucificado, que “a si mesmo se esvaziou” tornando-se “obediente até à morte e morte de cruz” (Fl 2:7-8). Essa autoridade deve ser entendida como parte da promessa escatológica de Jesus de guiar a Igreja à sua realização no reino do céu. Por isso, a autoridade da Igreja é diferente da autoridade do mundo. Quando os discípulos quiseram exercer poder uns sobre os outros, Jesus os corrigiu dizendo que ele não tinha vindo para ser servido, mas para servir e dar sua vida por muitos (Mc 10:41-45; Lc 22:25). A autoridade na Igreja deve ser entendida como um serviço humilde, que nutre e edifica a *koinonia* da Igreja na fé, na vida e no testemunho. Um exemplo dessa autoridade é a ação de Jesus de lavar os pés dos discípulos (Jo 13:1-7). O lavapés foi um serviço (*diakonia*) de amor, sem dominação nem coerção.

50. Isso quer dizer que a autoridade na Igreja, nas suas várias formas e níveis, tem que ser diferente do simples poder. Ela procede de Deus Pai pelo Filho no poder do Espírito Santo; ela espelha a santidade de Deus. As fontes de autoridade que as igrejas reconhecem em graus diferentes, como Escrituras, Tradição, culto, concílios e sínodos, reflete igualmente a santidade do Deus Triúno. Essa autoridade é reconhecida onde quer que a verdade que conduz à santidade é expressa e a santidade de Deus é proclamada “da boca de pequeninos e crianças de peito” (Sl 8:2; Mt 21:16). Santidade significa maior autenticidade na relação com Deus, com os outros, com a criação.

Ao longo de sua história, a Igreja atribuiu certa autoridade à vida dos santos, ao testemunho do monasticismo e à maneira pela qual grupos de fiéis praticaram e expressaram a verdade do evangelho. Do mesmo modo, pode-se atribuir certa autoridade aos diálogos ecumênicos, às declarações conjuntas que eles produzem, quando refletem a busca conjunta e a descoberta da verdade no amor (Ef 4:15); incitam os fiéis a buscar a vontade do Senhor para a comunhão eclesial; e chamam à *metanoia* e santidade de vida.

51. Jesus Cristo, cabeça da Igreja, compartilha com os que exercem ministérios de liderança uma autoridade que não é apenas pessoal, nem apenas delegada pela comunidade. Essa autoridade é dom do Espírito Santo destinado ao serviço (*diakonia*) da Igreja no amor. Seu exercício inclui a participação de

---

<sup>47</sup> Essa descrição básica da autoridade de Jesus, na qual a Igreja participa, é uma paráfrase de uma passagem da Declaração de Ravenna (2007) do diálogo católico romano-ortodoxo sobre as “Consequências Eclesiológicas e Canônicas da Natureza Sacramental da Igreja: Comunhão Eclesial, Conciliaridade e Autoridade” §12, ver acima, Capítulo II, nota de rodapé do parágrafo 32.

toda a comunidade, cujo sentido da fé (*sensus fidei*) contribui à compreensão da Palavra de Deus e cuja receptividade à orientação e ao ensino dos ministros ordenados testemunha da autenticidade desses líderes.

Os que exercem autoridade e os que se sujeitam a ela estão unidos por laços de amor recíproco e diálogo. O exercício da autoridade, como instrumento para dirigir a comunidade na fé, no culto e no testemunho por meio da *exousia* do Senhor crucificado e ressurreto, pode chamar à obediência. Esse chamado deve ser recebido com cooperação voluntária e consentimento, pois seu objetivo é ajudar os fiéis a crescer na plena maturidade em Cristo (Ef 4:11-16).<sup>48</sup>

O “sentido” do significado autêntico do Evangelho que é compartilhado pelo povo de Deus como um todo, as ideias das pessoas que se dedicam de modo especial aos estudos bíblicos e teológicos, bem como a orientação dos que são consagrados ao ministério de supervisão colaboram no discernimento da vontade de Deus para a comunidade. A tomada de decisões na Igreja busca e revela o consenso de todos. Ela depende da orientação do Espírito Santo, que nos vem quando ouvimos atentamente a Palavra de Deus e uns aos outros. Por meio de um processo duradouro de recepção, o Espírito dissipa ambiguidades em decisões.

Graças ao movimento ecumênico, o ensino de alguns líderes cristãos, dotado de autoridade, foi além das comunidades a que eles pertencem. Exemplos disso são o Arcebispo Desmond Tutu, quando declarou que “o *apartheid* era forte demais para ser vencido por uma Igreja dividida”<sup>49</sup>; o Patriarca Ecumênico Bartolomeu, com iniciativas visando a reunir líderes cristãos pela causa ecológica; os papas João Paulo II e Bento XVI, que convidaram líderes cristãos e de outras tradições espirituais a se reunir para orar pela paz e promovê-la; ou ainda o Irmão Roger Schutz, cuja influência inspirou um sem-número de cristãos, e em particular os jovens, a se reunirem para a adoração do Deus Triúno.

### ***A Autoridade na Igreja e seu Exercício***

*Vários diálogos bilaterais indicam que passos importantes estão sendo dados rumo à convergência sobre a questão da autoridade.*<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> Ver o documento “Ecclesiological Consequences of the Sacramental Nature of the Church: Ecclesial Communion, Conciliarity and Authority”, §§13-14.

<sup>49</sup> Desmond Tutu, “Towards *Koinonia* in Faith, Life and Witness”, em T. Best and G. Gassmann (editores), *On the Way to Fuller Koinonia*, Geneva, WCC, 1994, 96-97.

<sup>50</sup> Ver, por exemplo, o relatório anglicano-católico romano “Authority in the Church” (1976), em *Growth in Agreement I*, 88-105; “Authority in the Church II”, em *Growth in Agreement I*, 106-118; “The Gift of Authority” (1998), em *Growth in Agreement III*, 60-81; ver também os parágrafos 83-84 do documento

*Não obstante, continuam a existir diferenças entre as igrejas quanto aos seguintes tópicos: o peso a ser dado às diferentes fontes de autoridade; em que medida, e de que modo, a Igreja pode interpretar a fé de forma normativa; a função do ministério ordenado numa interpretação da revelação dotada de autoridade. Por outro lado, todas as igrejas estão de acordo quanto à urgência de pregar, interpretar e manifestar o Evangelho com humildade e, ao mesmo tempo, com uma autoridade marcante. A busca de convergência ecumênica quanto ao reconhecimento e exercício da autoridade poderia ter um papel criativo nessa obra missionária das igrejas?*

### O ministério de Supervisão (Episkopé)

52. A Igreja, corpo de Cristo e povo escatológico de Deus, é edificada pelo Espírito através da diversidade de dons ou ministérios. Essa diversidade pede um ministério de coordenação, a fim de que os dons possam enriquecer toda a Igreja em sua unidade e missão<sup>51</sup>. O exercício fiel do ministério de supervisão (*episkopé*) sob o Evangelho, por pessoas escolhidas e separadas para esse ministério, é um elemento de importância fundamental para a vida e missão da Igreja.

O desenvolvimento das estruturas de *episkopé* variou em lugares e tempos diferentes, mas todas as comunidades, ordenadas episcopalmente ou não, afirmaram a necessidade de um ministério de *episkopé*. Ele está a serviço da manutenção da continuidade na fé apostólica e na unidade de vida. Além da pregação da Palavra e da celebração dos sacramentos, um dos propósitos mais importantes desse ministério é preservar e transmitir a verdade revelada; manter as congregações locais em comunhão; apoiar e liderar o testemunho do Evangelho. Esse trabalho de liderança inclui a supervisão das várias organizações cristãs dedicadas à promoção humana e à diminuição do sofrimento – aspectos do serviço (*diakonia*) da Igreja ao mundo aos quais retornaremos no próximo capítulo.

Todas essas funções, resumidas no termo *episkopé* ou supervisão, são exercidas por pessoas que estão em relação com os fiéis de suas comunidades e com as demais pessoas que exercem esse mesmo ministério em outras comunidades locais. É isso o que significa afirmar que o ministério de supervisão, como os demais ministérios na Igreja, deve ser exercido de modo pessoal, colegial e comunal.<sup>52</sup> Esses modos de exercício foram descritos

---

católico romano-metodista “Speaking the Truth in Love: Teaching Authority among Catholics and Methodists”, em *Growth in Agreement III*, 163-164.

<sup>51</sup> *Batismo, Eucaristia e Ministério*, São Paulo, ASTE, 2001, seção Ministério, §23.

<sup>52</sup> Na primeira conferência de Fé e Ordem em Lausanne, em 1927, foi observado que as igrejas estavam organizadas em sistemas “episcopal”, “presbiterino” ou “congregacional” e que os valores subjacentes a esses sistemas eram “tidos por muitos como essenciais à boa ordem da Igreja.” Em H. N. Bate (ed.), *Faith and Order Proceedings of the world Conference: Lausanne, August 3-21, 1927*, London, Student Christian Movement, 1927, 379. Cinquenta

suscintamente da seguinte maneira em *Batismo, Eucaristia e Ministério*: “Ele deve ser *pessoal*, pois a pessoa ordenada para proclamar o Evangelho e chamar a comunidade ao serviço do Senhor em unidade de fé e testemunho pode manifestar mais eficazmente a presença de Cristo no meio do seu povo. Ele deve ser *colegial*, pois a missão de representar as preocupações da comunidade torna necessário um colégio de ministros ordenados. Enfim, a relação profunda entre o ministério ordenado e a comunidade deve se exprimir em uma dimensão *comunal* na qual o exercício do ministério ordenado baseia-se na vida da comunidade e integra a participação efetiva da comunidade à descoberta da vontade de Deus e direção do Espírito.”<sup>53</sup>

53. Um dos exercícios do ministério de supervisão reflete a característica da Igreja que pode ser chamada de “sinodalidade” ou “conciliaridade”. A palavra *sínodo* vem dos termos gregos *syn* (com) e *odos* (caminho), o que sugere “caminhar juntos”. Sinodalidade e conciliaridade significam que “cada membro do Corpo de Cristo, em virtude do batismo, tem seu lugar e sua própria responsabilidade” na comunhão da Igreja.<sup>54</sup> Guiada pelo Espírito Santo, toda a Igreja é sinodal ou conciliar em todos os níveis da vida eclesial: local, regional e universal.

A dimensão de sinodalidade ou conciliaridade reflete o mistério da vida trinitária de Deus e as estruturas da Igreja expressam essa dimensão, a fim de realizar a vida da comunidade como comunhão. Na comunidade eucarística local, essa dimensão é vivida na unidade profunda em amor e verdade entre os fiéis e o ministro celebrante. Em situações cruciais, sínodos se reuniram, confiando na orientação do Espírito Santo que Jesus prometeu enviar depois de voltar ao Pai (Jo 16:7, 12-14), para discernir a fé apostólica em resposta a desafios doutrinários ou morais e heresias. Sínodos ecumênicos tiveram a participação de líderes de toda a Igreja. As decisões desses sínodos foram recebidas por todos como reconhecimento da importante contribuição dos sínodos ao fortalecimento e preservação da comunhão em toda a Igreja.<sup>55</sup>

---

anos mais tarde, *Batismo, Eucaristia e Ministério*, seção “Ministério”, no comentário ao parágrafo 26, citou esse texto para basear a afirmação de que o ministério ordenado deve ser exercido de modo pessoal, colegial e comunal.

<sup>53</sup> *Batismo, Eucaristia e Ministério*, São Paulo, ASTE, 2001, seção “Ministério”, §26.

<sup>54</sup> Ver o diálogo internacional católico romano-ortodoxo “Ecclesial Communion, Conciliarity and Authority”, §5, que nota que a sinodalidade pode ser entendida como sinônimo de conciliaridade.

<sup>55</sup> Um sínodo ou concílio “ecumênico” conta com representantes de todo o mundo cristão. Há amplo consenso quanto a considerar o Concílio de Nicéia, ocorrido em 325, como o primeiro concílio ecumênico. Esse Concílio afirmou a divindade de Cristo em resposta ao novo ensino de Ário, que negava a igualdade entre o Filho e o Pai. Entretanto, as igrejas discordam quanto ao número desses concílios ecumênicos. Sobre os concílios ecumênicos e sua autoridade, ver, por exemplo, o diálogo luterano-ortodoxo “Authority in and of the Church: The Ecumenical Councils” (1993), em *Growth in Agreement III*, 12-14; the subsection “Councils and the Declaration of the Faith” no diálogo

Atualmente as igrejas têm opiniões e práticas discordantes quanto ao papel dos leigos nos sínodos.

### ***A Autoridade dos Concílios Ecumênicos***

*A maioria das igrejas aceita as definições dos primeiros concílios ecumênicos como expressão do ensino do Novo Testamento. Para algumas, toda definição doutrinária feita no período posterior ao do Novo Testamento está sujeita a revisão. Outras julgam que certas definições doutrinárias são expressões de fé normativas e, por isso, irreformáveis. O diálogo ecumênico tornou possível uma avaliação conjunta da normatividade do ensino dos concílios ecumênicos?*

54. Quando a Igreja se reúne para aconselhar-se ou para tomar decisões importantes, é necessário que alguém convoque e presida a reunião, para que haja boa ordem e para facilitar o processo de promoção, discernimento e articulação do consenso. Os que presidem devem estar sempre a serviço daqueles em meio aos quais eles presidem para a edificação da Igreja de Deus em amor e verdade. Os que presidem têm o dever de respeitar a integridade das igrejas locais, dar voz aos sem-voz e promover unidade na diversidade.

55. A palavra *primazia* se refere ao costume e uso, reconhecido pelos primeiros concílios ecumênicos como prática antiga, segundo o qual os bispos de Alexandria, Roma e Antioquia – e mais tarde Jerusalém e Constantinopla – exerciam um ministério pessoal de supervisão em uma área mais ampla que a área de suas respectivas províncias eclesiásticas. Essa supervisão de primazia não era vista em oposição à sinodalidade ou conciliaridade, que expressava o serviço colegial à unidade. Historicamente, formas de primazia existiram em vários níveis. O cânon 34 dos *Cânones Apostólicos*, que indica a compreensão que a Igreja tinha de si mesma nos primeiros séculos e que continua sendo observado por muitos cristãos em nossos dias, ainda que não por todos, afirma que o primeiro entre os bispos de cada nação não tomaria decisões sem o acordo dos demais bispos, e que estes não tomariam decisões importantes sem o acordo do primaz<sup>56</sup>. Ainda nos primeiros séculos, os vários ministérios de primazia eram às vezes manchados pela competição entre os líderes da Igreja.

O Bispo de Roma, com base na relação entre aquela igreja local e os apóstolos Pedro e Paulo, reivindicou cada vez mais uma primazia de tomada de decisão (jurisdição) e de autoridade docente extensiva a todo o povo de Deus. Essa primazia foi reconhecida por muitas igrejas nos primeiros séculos, mas seu papel essencial e o modo de seu exercício eram objeto de importante controvérsia. Em anos recentes, o movimento

---

católico romano-discípulos “Receiving and Handing on the Faith: The Mission and Responsibility of the Church”, em *Growth in Agreement II*, 125-127; ver também *Councils and the Ecumenical Movement*, Geneva, WCC, 1968.

<sup>56</sup> Ver [www.newadvent.org/fathers/3820.htm](http://www.newadvent.org/fathers/3820.htm)

ecumênico ajudou a criar um clima mais conciliador que permite a discussão sobre um ministério de serviço à unidade.

56. A Quinta Conferência Mundial sobre Fé e Ordem, inspirada nos progressos alcançados pelos diálogos bilaterais e multilaterais, mencionou a questão “de um ministério universal de unidade cristã”.<sup>57</sup> Na encíclica *Ut unum sint*, o papa João Paulo II citou esse texto quando convidou líderes e teólogos das demais igrejas a um “diálogo paciente e fraternal” com ele sobre esse ministério.<sup>58</sup> Apesar das áreas de desacordo que continuam a existir, a discussão que se seguiu mostrou que membros de outras igrejas estão abertos à ideia de explorar o modo pelo qual esse ministério pode fortalecer a unidade das igrejas locais em todo o mundo e promover – em vez de colocar em perigo – os traços distintos do testemunho de cada uma delas.

Como se trata de uma questão ecumênica sensível, é importante operar a distinção entre a essência de um ministério de primazia e os modos particulares de seu exercício no passado ou no presente. Todos concordam que um ministério pessoal de primazia teria de ser exercido de modo comunal e colegial.

57. Há muito trabalho pela frente até que obtenhamos consenso sobre esse assunto. Atualmente os cristãos não entram em acordo quando discutem se um ministério universal de primazia é necessário ou, pelo menos, desejável.

Por outro lado, vários diálogos bilaterais reconheceram o valor de um ministério de serviço à unidade da comunidade cristã como um todo; ou que esse ministério pode ser incluído na vontade de Cristo para sua Igreja.<sup>59</sup> A ausência de acordo não se dá apenas entre certas famílias de igrejas, mas no próprio seio de algumas igrejas. A evidência neotestamentária de um ministério de serviço à unidade da Igreja, como os de São Pedro e São Paulo, tem sido objeto de ampla discussão ecumênica. Não obstante, permanece o

---

<sup>57</sup> Ver o relatório da Seção II: “Confessing the One Faith to God’s Glory”, §31.2, em T. F. Best and G. Gassmann (eds), *On the Way to fuller Koinonia*, Geneva, WCC, 1994, 243.

<sup>58</sup> John Paul II, *Ut Unum Sint*, London, Catholic Truth Society, 1995, §96. Um relatório intitulado “Petrine Ministry” contém uma síntese e uma análise dos vários diálogos que, até 2001, discutiram a questão de um ministério de primazia, bem como as respostas ao convite de João Paulo II ao diálogo sobre esse ministério. Esse relatório reuniu as questões mais importantes em quatro áreas: bases bíblicas; *De jure divino* (se esse ministério pode ser baseado na vontade de Deus); jurisdição universal (o exercício da autoridade ou poder na Igreja); e infalibilidade papal. Esse relatório preliminar pode ser encontrado em *Information Service*, 109 (2002/I-II), 29-42. Ele mostra que a importância dada ao “ministério de Pedro” varia muito de acordo com a tradição à qual pertence uma comunidade cristã.

<sup>59</sup> Ver o relatório anglicano-católico romano “The Gift of Authority”, em *Growth in Agreement III*, 60-81; e o documento católico romano-ortodoxo “The Ecclesiological and Canonical Consequences of the Sacramental Nature of the Church”.



desacordo sobre o significado do ministério de ambos, e o que esse ministério significa em relação à possível intenção divina de instaurar um tipo de ministério a serviço da unidade e missão da Igreja em seu todo.

***Um Ministério Universal de Unidade***

*Se em obediência à vontade de Cristo as divisões atuais forem superadas, como seria entendido e exercido um ministério de fortalecimento e promoção da unidade da Igreja?*

## Capítulo IV

### A Igreja no Mundo e para o Mundo

#### A. O Plano de Deus para o Mundo: o Reino

58. A razão da missão de Jesus foi expressa sucintamente nas palavras “Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito” (Jo 3:16). A primeira e mais importante atitude de Deus em relação ao mundo é, portanto, o amor: pela criança, pela mulher, pelo homem que um dia se tornaram parte da história humana, e por toda a criação. O reino de Deus, que Jesus pregou ao revelar a Palavra de Deus em parábolas, e que ele inaugurou em seus atos, especialmente no mistério pascal de sua morte e ressurreição, é o destino final de todo o universo.

Segundo a vontade de Deus, a Igreja não foi criada pra si mesma, mas para servir o plano divino de transformação do mundo. Isso quer dizer que o serviço (*diakonia*) faz parte do ser da Igreja. O documento de estudo *Igreja e Mundo* descreve esse serviço da seguinte maneira: “Enquanto corpo de Cristo, a Igreja participa no ministério divino. Na qualidade de mistério, revela Cristo ao mundo pela proclamação do Evangelho, pela celebração dos sacramentos (que também são chamados de ‘mistérios’) e pela manifestação da novidade de vida dada por Cristo, antecipando dessa maneira o reino que se presentifica nele.”<sup>60</sup>

59. A missão da Igreja no mundo é proclamar, em palavra e ação, a Boa Nova da salvação em Jesus Cristo (Mc 16:15). Isso quer dizer que a evangelização é uma das tarefas prioritárias da Igreja em obediência ao que Jesus ordenou (Mt 28:18-20). A Igreja foi chamada em Cristo, pelo Espírito Santo, a dar testemunho da obra do Pai que traz reconciliação, cura e transformação. Portanto, a promoção da justiça e da paz é constitutiva da evangelização.

60. Em nossos dias, os cristãos estão mais conscientes tanto da grande variedade de religiões quanto das verdades e valores positivos que elas contêm.<sup>61</sup> Isso os ajuda a recordar passagens em que o próprio Jesus fala de modo positivo sobre os que, em relação aos seus ouvintes, era “estrangeiros”, “outros” (Mt 8:11-

---

<sup>60</sup> *Igreja e Mundo – Unidade da Igreja e Renovação da Comunidade Humana*, São Paulo, ASTE-CESE, 1993, capítulo III, §21.

<sup>61</sup> Ver sobre isso o documento “Religious Plurality and Christian Self-Understanding” (2006), resultado de um estudo proposto em 2002 pelo Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas às áreas de Fé e Ordem, Relações Inter-Religiosas, e Missão e Evangelização: [www.oikoumene.org](http://www.oikoumene.org). Essa declaração continua a discussão sobre a relação entre missão e religiões mundiais que marcou a conferência da Comissão Mundial de Missão e Evangelização realizada em San Antonio em 1989. Dada a importância das relações inter-religiosas para os tópicos gerais tratados neste capítulo, cada uma das três seções deste capítulo se referirá a elas.

12; Lc 7:9; 13:28-30). Os cristãos afirmam a liberdade religiosa como uma das dimensões fundamentais da dignidade humana e procuram, segundo a caridade a que Cristo insta, respeitar essa dignidade e entrar em diálogo com os outros, não apenas para compartilhar as riquezas da fé cristã, mas também para apreciar os elementos de verdade e bondade presentes em outras religiões.

No passado, quando o Evangelho foi proclamado aos que ainda não o tinham ouvido, nem sempre a religião dos outros foi tratada com o respeito que lhe é devido. A evangelização deve sempre respeitar as pessoas de outras crenças. Compartilhar a notícia alegre da verdade revelada no Novo Testamento e convidar os outros à plenitude da vida em Cristo são expressões de amor respeitoso.<sup>62</sup> No contexto contemporâneo de consciência crescente do pluralismo religioso, os cristãos têm refletido e discutido cada vez mais questões como a possibilidade de salvação para as pessoas que não creem explicitamente em Cristo ou a relação entre diálogo inter-religioso e proclamação do senhorio de Cristo.

### ***Resposta Ecumênica ao Pluralismo Religioso***

*O desacordo persiste nas igrejas e entre elas quanto a esse tema. O Novo Testamento ensina que Deus deseja que todos sejam salvos (1 Tm 2:4) e, ao mesmo tempo, que Jesus é o único salvador do mundo (1 Tm 2:5; At 4:12). Que conclusões podemos tirar desses ensinamentos bíblicos quanto à possibilidade de salvação para os que não creem em Cristo? Para alguns, a salvação em Cristo pelo poder do Espírito Santo é possível, por meios que somente Deus conhece, para os que não professam explicitamente a fé cristã. Para outros, esse ponto de vista não está de acordo com as passagens bíblicas sobre a necessidade da fé e do batismo para a salvação. Esses diferentes pontos de vista incidem na compreensão e na prática da missão da Igreja. No contexto contemporâneo de consciência crescente da vitalidade das diversas religiões no mundo, como as igrejas poderiam alcançar maior convergência sobre essas questões e cooperar com mais eficácia no testemunho do Evangelho com palavras e ações?*

## **B. O Desafio Ético do Evangelho**

61. Os cristãos são chamados a se arrepender de seus pecados, perdoar os outros e a viver uma vida de serviço. O discipulado leva ao compromisso ético. Mas os seres humanos, como São

---

<sup>62</sup> A *Charta Oecumenica* (2001), da Conferência Europeia de Igrejas e do Conselho de Conferências Episcopais Europeias, afirma no §2: “Nós nos comprometemos a reconhecer que cada pessoa pode escolher livremente sua filiação religiosa e eclesial segundo sua consciência, não induzindo ninguém a se converter por meio de pressão moral ou incentivo material, nem impedindo alguém de se converter segundo sua livre vontade.” Ver também *Christian Witness in a Multi-Religious World: Recommendations for Conduct*, texto produzido conjuntamente pelo Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso, Conselho Mundial de Igrejas e Aliança Evangélica Mundial, aprovado em 28 de janeiro de 2011: [www.vatican.va](http://www.vatican.va); [www.oikoumene.org](http://www.oikoumene.org).

Paulo ensinou enfaticamente, não são justificados pelas obras da lei, mas por graça por meio da fé (Rm 3.21-26; Gl 2:19-21). A comunidade cristã vive no espaço do perdão e da graça divinos que induz e forma a vida moral dos fiéis. Nesse sentido, é muito importante para o restabelecimento da unidade o fato de as duas comunidades cuja separação marcou o começo da Reforma Protestante terem chegado a um consenso quanto aos aspectos centrais da doutrina da justificação pela fé, o maior foco de desacordo na época em que ocorreu a divisão.<sup>63</sup> É com base na fé e na graça que o engajamento ético e a ação conjunta são possíveis e devem ser afirmados como sendo intrínsecos à vida e ao ser da Igreja.

62. A ética dos cristãos que são discípulos tem origem em Deus, criador e revelador. Ela se realiza na medida em que a comunidade procura entender a vontade de Deus em diferentes circunstâncias de tempo e lugar. A Igreja não está isolada das lutas morais da humanidade. Juntamente com pessoas de outras religiões e com todas as pessoas de boa-vontade, os cristãos devem promover não apenas os valores morais individuais essenciais à realização da pessoa, mas também os valores sociais como a justiça, a paz e a proteção do meio-ambiente, uma vez que a mensagem do Evangelho diz respeito tanto à dimensão pessoal quanto à dimensão comunal da existência humana.

A *koinonia* diz respeito à confissão da fé e à celebração do culto. Mas ela se refere igualmente a valores morais comuns baseados na inspiração e nas ideias vindas do Evangelho. Apesar de continuarem divididas, as igrejas alcançaram um nível de comunhão que as torna conscientes de que o que uma faz afeta a vida das demais. Elas reconhecem cada vez mais a necessidade de explicar umas às outras o que elas pensam e como decidem em questões éticas. Ao se questionarem mutuamente e ao se afirmarem mutuamente as igrejas expressam o que elas têm em comum em Cristo.

63. A igreja sempre lidou com tensões relativas a questões morais. Em nossos dias, novas perspectivas filosóficas, culturais e sociais levaram à redefinição de muitas normas morais. Isso gerou conflitos sobre princípios morais e questões éticas que afetaram a unidade das igrejas. Ao mesmo tempo, as questões morais estão ligadas à antropologia cristã e o Evangelho é o primeiro critério de avaliação de novas correntes do pensamento ético. Cristãos e igrejas às vezes estão divididos por opiniões contrárias sobre quais princípios de moral pessoal e coletiva estão em harmonia com o Evangelho de Jesus Cristo. Para alguns, as questões morais não são questões que causam a ruptura da comunhão eclesial, ao passo que outros afirmam firmemente o contrário.

---

<sup>63</sup> Ver o documento católico romano-luterano *Declaração Conjunta Sobre a Doutrina da Justificação*, [www.vatican.va](http://www.vatican.va); *Declaração Conjunta Sobre a Doutrina da Justificação*, Porto Alegre: Sinodal / Brasília: Conic / São Paulo: Paulinas, 1999.

### ***As Questões Morais e a Unidade da Igreja***

*O diálogo ecumênico de tipo multilateral ou bilateral começou a delinear os parâmetros da importância da doutrina e da prática morais para a unidade cristã.<sup>64</sup> Para que ele sirva a missão e a unidade da Igreja, o diálogo ecumênico atual e futuro deve abordar explicitamente os desafios à convergência representados pelas questões morais contemporâneas. Convidamos as igrejas a explorar essas questões num espírito de interesse e apoio mútuos. Como poderiam as igrejas, guiadas pelo Espírito Santo, discernir juntas o que significa hoje entender e viver em fidelidade ao ensino e atitude de Jesus? Como poderiam elas, depois de se dedicarem juntas a esse discernimento, oferecer modelos de discurso e conselho sábio às sociedades a que são chamadas a servir?*

### **C. A Igreja na Sociedade**

64. O mundo que Deus “amou... de tal maneira” está marcado por problemas e tragédias que clamam pelo engajamento compassivo dos cristãos. A paixão que eles têm pela transformação do mundo vem da comunhão com Deus em Jesus Cristo. Eles creem que Deus, que é amor absoluto, misericórdia e justiça, pode operar por meio deles pelo poder do Espírito Santo. Eles vivem como discípulos daquele que cuidou do cego, do aleijado, do leproso; que acolheu o pobre e o marginalizado; que questionou as autoridades pouco preocupadas com a dignidade humana e a vontade de Deus.

A Igreja deve ajudar os que não têm poder na sociedade a serem ouvidos; quando necessário, ela deve se tornar a voz dos sem-voz. Por causa da fé, as comunidades cristãs não podem ser indiferentes a desastres naturais que atingem seus semelhantes ou a ameaças à saúde como a pandemia do HIV e da AIDS. A fé compele os cristãos a trabalhar por uma ordem social justa nas quais os bens da terra seriam distribuídos com mais igualdade, o sofrimento do pobre seria aliviado, e a pobreza absoluta seria erradicada. A imensa desigualdade econômica, que assola a família humana e determina em nossos dias a diferença entre Norte e Sul, tem que ser objeto de preocupação constante de todas as igrejas.

---

<sup>64</sup> Ver, por exemplo, a declaração anglicana-católica romana “Life in Christ: Morals, Communion and the Church”, em *Growth in Agreement II*, 344-370; o documento de estudo da Comissão Mista do Conselho Mundial de Igrejas e da Igreja Católica Romana “The Ecumenical Dialogue on Moral Issues: Potential Sources of Common Witness or of Divisions” (1995), in *The Ecumenical Review*, 48(2), April 1996, 143-154; e o documento de estudo da Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas, *Moral Discernment in the Churches*, Genebra, WCC, 2013; [www.oukoumene.org](http://www.oukoumene.org).

Os cristãos são seguidores do “Príncipe da Paz”. Eles defendem a paz, em especial quando procuram superar as causas da guerra (entre elas injustiça econômica, racismo, ódio étnico e religioso, nacionalismo exacerbado, opressão e o uso da violência na solução de conflitos). Jesus disse que ele veio para que as pessoas tenham vida em abundância (Jo 10:10). Seus discípulos reconhecem que são responsáveis pela defesa da vida e da dignidade humanas. Esses são deveres tanto das igrejas quanto de cada fiel. Cada contexto dá suas próprias indicações para o discernimento da resposta cristã apropriada a ele.

Mesmo divididas, as comunidades cristãs têm empreendido juntas esse discernimento e trabalhado juntas para diminuir o sofrimento humano e ajudar a construir uma sociedade que afirma a dignidade humana.<sup>65</sup> Os cristãos promoverão os valores do reino de Deus trabalhando juntamente com pessoas de outras religiões ou mesmo sem religião.

65. A relação entre Igreja e Estado ou Igreja e sociedade é condicionada por fatores históricos, culturais e demográficos. Vários modelos dessa relação, baseados em circunstâncias contextuais, podem ser expressão legítima da catolicidade da Igreja. É legítimo que os fiéis atuem positivamente na vida civil. Mas às vezes os cristãos são coniventes com as autoridades seculares ao endossar ações pecaminosas e injustas ou ser cúmplices delas. Jesus chamou claramente seus discípulos a serem “sal da terra” e “luz do mundo” (Mt 5:13-16). Esse chamado leva cristãos a colaborar com autoridades econômicas e políticas na promoção dos valores do reino de Deus e a resistir às políticas e iniciativas que os contradizem. Essa tarefa pressupõe a análise crítica, a denúncia e a transformação das estruturas injustas. Ela significa também apoiar iniciativas de autoridades civis que promovem justiça, paz, a proteção do meio-ambiente e o cuidado dos pobres e marginalizados.

Agindo assim, os cristãos se situam na tradição dos profetas que proclamaram o julgamento de Deus sobre toda injustiça. Isso pode lhes custar perseguição e sofrimento. Cristo foi servo a ponto de oferecer sua vida na cruz. Ele mesmo anunciou que seus seguidores deveriam estar preparados para um destino semelhante. O testemunho (*martyria*) da Igreja conduz as pessoas e a comunidade ao caminho da cruz, e até mesmo ao martírio (Mt 10.16-33).

---

<sup>65</sup> Ver, por exemplo, o relatório do diálogo católico romano-reformado “The Church as Community of Common Witness to the Kingdom of God” cujo segundo capítulo descreve a cooperação entre essas igrejas em relação aos direitos dos povos indígenas no Canadá, ao *apartheid* na África do Sul e à paz na Irlanda do Norte. O terceiro capítulo descreve modelos de discernimento usados em cada uma dessas comunidades. *Information Service*, 125 (2007/III), 121-138; *Reformed World*, 57(2/3), junho-setembro de 2007, 105-127.

66. Na Igreja há pessoas de todas as classes socioeconômicas. Ricos e pobres precisam da salvação que só Deus pode conceder. Seguindo o exemplo de Cristo, a Igreja é chamada e preparada de modo especial para ser solidária aos que sofrem e para cuidar dos necessitados e marginalizados. A Igreja proclama as palavras de esperança e consolação do Evangelho e se dedica ao trabalho de compaixão e misericórdia (Lc 4.18-19). Ela recebeu a missão de curar e reconciliar relações humanas e de servir a Deus no ministério de reconciliar os que estão separados por ódio e desavenças (2Co 5.18-21). Juntamente com todas as pessoas de boa-vontade, a Igreja procura cuidar da criação, que geme na expectativa da liberdade dos filhos de Deus (Rm 8.20-22), resistindo ao abuso e destruição da terra e participando da obra de divina de restauração da relação ferida entre a criação e a humanidade.

## Conclusão

67. A unidade do corpo de Cristo é o dom da *koinonia* ou comunhão que Deus derramou graciosamente sobre os seres humanos. Há consenso cada vez maior de que a *koinonia*, comunhão com a Trindade, manifesta-se de três maneiras: unidade na fé, unidade na vida sacramental e unidade no serviço em todas as suas formas, inclusive ministério e missão. A liturgia, e particularmente a eucaristia, serve como paradigma dinâmico do perfil dessa *koinonia* em nosso tempo. Na liturgia, o povo de Deus vive a experiência da comunhão com Deus e com cristãos de todos os tempos e lugares. Eles se reúnem com a pessoa que preside, proclamam as Boas-Novas, confessam a fé, oram, ensinam e aprendem, oferecem louvor e ação de graças, recebem o corpo e o sangue do Senhor e são enviados em missão.<sup>66</sup> São João Crisóstomo falou sobre dois altares: um na Igreja e outro entre os pobres, os que sofrem, os que desesperam.<sup>67</sup> Nutrida e fortalecida pela liturgia, a Igreja tem que continuar a missão doadora de vida de Cristo através de um ministério de compaixão pelo mundo e de luta contra todo tipo de injustiça e opressão, desconfiança e conflito, criados pelos seres humanos.

68. Uma das bênçãos do movimento ecumênico foi descobrir que as igrejas têm em comum vários aspectos do discipulado, apesar de ainda não viverem em plena comunhão. Nossa separação e nossa divisão contradizem a vontade de Cristo para a unidade dos seus discípulos e prejudicam a missão da Igreja. Por isso, a restauração da unidade entre os cristãos, sob a orientação do Espírito Santo, é uma tarefa urgente. O crescimento na comunhão ocorre no contexto mais amplo da fraternidade de fiéis que se estende ao passado e ao futuro e que inclui toda a comunhão dos santos. O destino final da Igreja é ser integrada à *koinonia*/comunhão do Pai, Filho e Espírito Santo; ser parte da nova criação louvando e se regozijando em Deus para sempre (Ap 21:1-4; 22:1-5).

69. "Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele" (Jo 3.17). O Novo Testamento termina na visão de um novo céu e uma nova terra transformados pela graça de Deus (Ap 21:1-22:5). Prometido para o fim da história, esse novo cosmos já está presente de modo antecipatório quando a Igreja, sustentada pela fé e pela esperança em sua peregrinação no tempo, clama e pede

---

<sup>66</sup> O texto acima é cópia e paráfrase de uma passagem da declaração do 9º Fórum de Diálogos Bilaterais, realizado em Breklum, Alemanha, em março de 2008. Ver *The Ecumenical Review* 61(3), outubro 2009, 343-347, e [www.oikoumene.org](http://www.oikoumene.org).

<sup>67</sup> São João Crisóstomo, Homilia 50, 3-4 sobre Mateus, em J. P. Migne, *Patrologia Graeca*, 58, 508-509.



com amor no culto “Vem, Senhor Jesus” (Ap 22:20). Cristo ama a Igreja como o noivo ama sua noiva (Ef 5:25). Até as bodas do cordeiro no reino dos céus (Ap 19:7), ele a associa à sua missão de trazer luz e restauração aos seres humanos até sua volta em glória.

## Nota Histórica sobre o Processo de Redação de *A Igreja: Uma Visão Ecumênica*

O Conselho Mundial de Igrejas define-se como “uma comunhão de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador de acordo com as Escrituras e que por isso procuram cumprir juntas a vocação, que elas têm em comum, para a glória de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.”<sup>68</sup> Essa “vocação que elas têm em comum” impele as igrejas a buscar juntas mais convergência e maior consenso nas questões eclesiológicas que ainda as mantêm divididas: O que é a Igreja? Qual é a função da Igreja no desígnio cósmico de Deus de recapitular todas as coisas em Jesus Cristo?

Nos últimos séculos, o modo como as igrejas responderam a essas questões foi marcado pelo fato de elas viverem e fazerem teologia numa situação anormal de divisão eclesial. Não surpreende, portanto, que uma forte ênfase na eclesiologia – na questão teológica sobre a Igreja – acompanhe o movimento ecumênico moderno.

Assim, dentre os sete temas teológicos discutidos na primeira Conferência Mundial sobre Fé e Ordem, realizada em 1927, um tratava da natureza da Igreja e outro da relação entre a Igreja que confessamos e as igrejas divididas que conhecemos na história.<sup>69</sup> Com base nas respostas das igrejas aos resultados dessa reunião<sup>70</sup>, os organizadores da Segunda Conferência Mundial sobre Fé e Ordem, ocorrida em 1937, propuseram que seu tema central fosse “A Igreja no Propósito de Deus”.<sup>71</sup>

A Segunda Conferência finalmente não adotou esse tema central, mas das cinco seções da conferência, duas foram dedicadas a questões eclesiológicas fundamentais: “A Igreja de Cristo e a Palavra de Deus” e “A Comunhão dos Santos.”<sup>72</sup> Finda a conferência, retornou a convicção de que as questões sobre a

---

<sup>68</sup> “Constitution and Rules of the World Council of Churches”, em L. N. Rivera-Pagán (ed.), *God in Your Grace: Official Report of the Ninth Assembly of the World Council of Churches*, Geneva, WCC, 2007, 448.

<sup>69</sup> H. N. Bate (ed.), *Faith and Order: Proceedings of the World Conference – Lausanne, August 3-21, 1927*, New York, George H. Doran Co., 1927, esp. 463-466; *Reports of the World Conference on Faith and Order – Lausanne Switzerland August 3-21, 1927*, Boston, Faith and Order Secretariat, 1928, 19-24.

<sup>70</sup> Para uma seleção dessas respostas ver L. Hodgson (ed.), *Convictions: A Selection from the Responses of the Churches to the Report of the World Conference on Faith and Order Held at Lausanne in 1927*, London, Student Christian Movement Press, 1934.

<sup>71</sup> L. Hodgson (ed.), *The Second World Conference on Faith and Order Held at Edinburgh, August 3-18, 1937*, London, Student Christian Movement Press, 1938, 5.

<sup>72</sup> *Ibid.*, 228-235, 236-238.

natureza da Igreja estavam na origem de muitas das questões que ainda separavam as igrejas.<sup>73</sup>

O reconhecimento da unidade em Cristo levou em 1948 ao estabelecimento de uma comunhão de comunhões divididas, que tomou forma na criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). O relatório da primeira assembleia do CMI afirmou claramente que apesar da unidade em Cristo, as igrejas estavam fundamentalmente divididas em duas compreensões da Igreja que eram mutualmente inconsistentes, determinadas por uma compreensão mais “ativa” ou por uma compreensão mais “passiva” da função da Igreja na salvação divina do mundo.<sup>74</sup> Foi nesse contexto novo e complexo – no qual a convergência numa cristologia vivida ajudou as igrejas a reconhecerem umas nas outras vestígios da Igreja Una sem que por isso desaparecessem as divisões eclesiais e eclesiológicas – que a Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas realizou sua terceira Conferência Mundial em 1952.

Sem surpresa, uma vez mais, o primeiro dos três relatórios preparados para a Terceira Conferência Mundial baseou-se em amplo exercício de eclesiologia comparativa.<sup>75</sup> Os resultados desse exercício foram reunidos no livro *The Nature of the Church*.<sup>76</sup> Eles repercutiram, por sua vez, no segundo capítulo do relatório final da Conferência, intitulado “Cristo e sua Igreja.”<sup>77</sup> Esse foi precisamente o tema do relatório de estudo<sup>78</sup> apresentado onze anos mais tarde na Seção I da Quarta Conferência Mundial, ocorrida em 1963, com o título “A Igreja no Plano de Deus”.<sup>79</sup>

A mesma ênfase na eclesiologia ecumênica aparece nas principais declarações sobre a unidade recebidas pelas assembleias do CMI: a declaração de New Delhi, 1961, sobre a unidade “de todos em cada lugar”<sup>80</sup>; a declaração de Nairobi, 1975, sobre a Igreja como

---

<sup>73</sup> Ver O. Tomkins, *The Church in the Purpose of God: An Introduction to the Work of the Commission on Faith and Order of the World Council of Churches*, Geneva, Faith and Order, 1950, 34.

<sup>74</sup> “The Universal Church in God’s Design”, em W. A. Visser ‘t Hooft (ed.), *The First Assembly of the World Council of Churches Held in Amsterdam August 22<sup>nd</sup> to September 4<sup>th</sup>, 1948*, London, SCM Press Ltd, 1949, 51-57.

<sup>75</sup> *The Church: A Report of the Theological Commission of the Faith and Order Commission of the World Council of Churches in Preparation for the Third World Conference on Faith and Order to Be Held at Lund, Sweden in 1952*, London, Faith and Order, 1951.

<sup>76</sup> R. N. Flew (ed.), *The Nature of the Church: Papers Presented to the Theological Commission Appointed by the Continuation Committee of the World Conference on Faith and Order*, London, SCM Press, 1952.

<sup>77</sup> *Report of the Third World Conference on Faith and Order, Lund, Sweden: August 15-28, 1952*, 7-11.

<sup>78</sup> *Christ and the Church: Report of the Theological Commission for the Fourth World Conference on Faith and Order*, Geneva, WCC, 1963.

<sup>79</sup> P. C. Rodger and L. Visser (eds.), *The Fourth World Conference on Faith and Order: Montreal, 1963*, New York, Association Press, 1964, 41-49.

<sup>80</sup> W. A. Visser ‘t Hooft (ed.), *The New Delhi Report: The Third Assembly of the World Council of Churches, 1961*, London, SCM Press, 1962, 116.

comunhão conciliar<sup>81</sup>; a declaração de Canberra, 1991, sobre a unidade da Igreja como *koinonia*/comunhão<sup>82</sup>; e a declaração de Porto Alegre, 2006, “Called to Be the One Church” (“Chamados a Ser a Igreja Una”).<sup>83</sup>

Com base na visão ecumênica de “todos em cada lugar” reunidos pelo Espírito Santo em plena unidade visível na fé apostólica, na vida sacramental, no ministério e na missão, a Comissão de Fé e Ordem dedicou uma parte importante de seu trabalho, nos anos posteriores à Assembleia de Nova Delhi, 1961, ao texto de convergência *Batismo, Eucaristia e Ministério* (BEM).<sup>84</sup>

A Quinta Conferência Mundial sobre Fé e Ordem, realizada em 1993 em Santiago de Compostela, Espanha, foi um momento importante do trabalho de Fé e Ordem em eclesiologia. Vários fatores contribuíram para que ela tivesse como tema “Rumo à *Koinonia* na Fé, na Vida e no Testemunho”.

O primeiro deles foi a interpretação das respostas das igrejas a BEM reunidas em seis volumes.<sup>85</sup> A análise cuidadosa das 186 respostas levou à elaboração de uma lista de importantes temas eclesiológicos que precisavam ser melhor estudados: a função da Igreja no plano divino de salvação; *koinonia*; a Igreja como dom da palavra de Deus (*creatura verbi*); a Igreja como mistério ou sacramento do amor de Deus pelo mundo; a Igreja como o povo peregrino de Deus; a Igreja como sinal profético e servidora do reino vindouro de Deus.<sup>86</sup>

O segundo fator que determinou a Conferência foram os resultados do estudo “Rumo à Expressão Comum da Fé Apostólica Hoje”<sup>87</sup>. Eles indicaram uma convergência promissora quanto ao conteúdo doutrinal do Credo, inclusive o que ele confessa sobre a Igreja. O terceiro fator foi o estudo “A Unidade da Igreja e a Renovação da Comunidade Humana”<sup>88</sup>, que enfatizou a natureza da Igreja como sinal e instrumento do propósito salvador de Deus para o mundo. O quarto fator foram

---

<sup>81</sup> D. M. Paton (ed.), *Breaking Barriers: Nairobi 1975 – The Official Report of the Fifth Assembly of the World Council of Churches, Nairobi, 23 November – 10 December, 1975*, London, SPCK / Grand Rapids, Eerdmans, 1976, 60.

<sup>82</sup> M. Kinnamon (ed.), *Signs of the Spirit: Official Report Seventh Assembly – Canberra, Australia, 7-20 February 1991*, Geneva, WCC / Grand Rapids, Eerdmans, 1991, 172-174.

<sup>83</sup> L. N. Rivera-Pagán (ed.), *God in your Grace: Official Report of the Ninth Assembly of the World Council of Churches*, Geneva, WCC, 2007, 255-261.

<sup>84</sup> *Batismo, Eucaristia e Ministério*, São Paulo, ASTE, 2001.

<sup>85</sup> Ver *Churches Respond to BEM*, Geneva, WCC, 1986-1988, volumes I-VI.

<sup>86</sup> *Baptism, Eucharist & Ministry, 1982-1990: Report on the Process and Responses*, Geneva, WCC, 1990, 147-151.

<sup>87</sup> *Confessing the One Faith: An Ecumenical Explication of the Apostolic Faith as It Is Confessed in the Nicene-Constantinopolitan Creed (381)*, Faith and Order Paper 153, Geneva, WCC / Eugene, Wipf & Stock, 2010.

<sup>88</sup> *Church and World: The Unity of the Church and the Renewal of Human Community*, Faith and Order Paper 151, Geneva, WCC, 1990.

os desafios eclesiológicos suscitados pelo processo conciliar “Justiça, Paz e Integridade da Criação”<sup>89</sup>. A esses fatores veio somar-se o momento ecumênico favorável criado pela importância crescente da eclesiologia de comunhão nos diálogos bilaterais.

Esses movimentos dos anos 1980 cristalizaram a decisão da Comissão Plenária de Fé e Ordem, em 1989, de lançar um novo estudo sobre o que foi então chamado “A Natureza e a Missão da Igreja – Perspectivas Ecumênicas acerca da Eclesiologia”<sup>90</sup>. O tema da Quinta Conferência Mundial - “Rumo à *Koinonia* na Fé, na Vida e no Testemunho” - foi um reflexo de todos esses estudos dos anos 1980. *The Church: Towards a Common Vision (A Igreja: Uma Visão Ecumênica)* inscreve-se assim numa longa reflexão de Fé e Ordem sobre a Igreja que recebeu impulso renovado na Quinta Conferência Mundial de 1993.

Depois de vários anos de estudo e diálogo, o primeiro resultado do estudo sobre eclesiologia foi publicado em 1998 com o título “A Natureza e o Propósito da Igreja”.<sup>91</sup> Sua condição de texto provisório fica clara no subtítulo: “Etapa rumo a uma declaração comum”. O texto tinha seis capítulos: “A Igreja do Deus Triúno”, “A Igreja na História”, “A Igreja Como *koinonia* (Communio)”, “Vida em Comunhão”, “Serviço no Mundo e para o Mundo”, e “Cumprindo nossa Vocação: da Convergência na Compreensão ao Reconhecimento Mútuo.”

Igrejas, organizações ecumênicas, conselhos regionais de igrejas, instituições acadêmicas e indivíduos responderam a esse texto. Ao lado de muitos comentários positivos foram expressos pontos críticos construtivos. Um deles sugeria que “A Natureza e o Propósito da Igreja” precisava de mais integração: por que o tema da Igreja como comunhão foi tratado fora do capítulo sobre a Igreja do Deus Triúno? Além disso, alguns assuntos estavam ausentes: não havia uma seção sobre autoridade docente e o tema da missão fora pouco desenvolvido. Além disso, a Conferência de Santiago de Compostela tinha pedido que se estudasse “a questão de um ministério universal de unidade cristã”<sup>92</sup>, mas o tema não tinha sido abordado no texto. Vale notar que na encíclica *Ut*

---

<sup>89</sup> “Final Document: Entering into Covenant Solidarity for Justice, Peace and the Integrity of Creation”, in D. P. Niles (ed.), *Between the Flood and the Rainbow: Interpreting the Conciliar Process of Mutual Commitment (Covenant) to Justice, Peace and the Integrity of Creation*, Geneva, WCC, 1992, 164-190; Ver também T. F. Best & Martin Robra (eds.), *Ecclesiology and Ethics: Ecumenical Ethical Engagement, Moral Formation, and the Nature of the Church*, Geneva, WCC, 1997.

<sup>90</sup> G. Gassmann, “The Nature and Mission of the Church: Ecumenical Perspectives on Ecclesiology”, em T. F. Best (ed.), *Faith and Order 1985-1989: The Commission Meeting at Budapest 1989*, Geneva, WCC, 1990, esp. 202-204, 219.

<sup>91</sup> *The Nature and Purpose of the Church: A Stage on the Way to a Common Statement*, Geneva, WCC, 1998.

<sup>92</sup> T. F. Best and G. Gassmann (eds.), *On the Way to Fuller Koinonia: Official Report of the Fifth World Conference on Faith and Order*, Geneva, WCC, 1994, 243.

*Unum Sint*, de 1995, que convidava ao diálogo sobre o ministério do Bispo de Roma, o Papa João Paulo II citara essa recomendação de Compostela.<sup>93</sup>

Depois de dar tempo suficiente para as respostas, a comissão começou a revisão do texto sobre eclesiologia. O resultado foi uma nova versão, chamada desta vez *A Natureza e a Missão da Igreja*<sup>94</sup>. Ela foi apresentada à assembleia do CMI realizada em Porto Alegre, Brasil, em 2006. Buscando integrar as sugestões das várias respostas, o texto se dividia em quatro capítulos: “A Igreja do Deus Triúno”, “A Igreja na História”, “A Vida de Comunhão no Mundo e para o Mundo”, e “No Mundo e para o Mundo”.

O primeiro capítulo reunia num mesmo texto grande parte do material bíblico sobre a natureza da Igreja como povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo; perspectivas bíblicas sobre a Igreja como comunhão (*koinonia*) e sobre sua missão como serva do Reino; bem como a afirmação do Credo sobre a Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica.

O segundo capítulo, sobre a Igreja na história, abordava problemas relativos à divisão atual entre as igrejas: Como harmonizar diversidade e unidade? O que é diversidade legítima? Como as igrejas definem a igreja local e como ela está ligada às outras igrejas locais? Quais são as questões passadas e presentes que dividem os cristãos?

O terceiro capítulo tratava dos elementos necessários à comunhão entre as igrejas como a fé apostólica, batismo, eucaristia, ministério, *episkopé*, concílios e sínodos, e agora incluía temas como primazia universal e autoridade. O último capítulo, mais curto, explorava o serviço da Igreja ao mundo ao assistir os que sofrem, defender os oprimidos, dar testemunho da mensagem moral do Evangelho, trabalhar pela justiça, paz e proteção do meio-ambiente, e procurar promover uma sociedade humana no espírito dos valores do Reino de Deus.

Essa segunda versão do texto sobre eclesiologia conservou o subtítulo “Etapa rumo a uma declaração comum” e foi submetida às igrejas para resposta. Foram recebidas mais de oitenta respostas, mas cerca de trinta delas, apenas, vieram de igrejas. A maioria das respostas vindas de igrejas, institutos acadêmicos e ecumênicos e, o que é significativo, organizações missionárias, expressou satisfação porque a missão da Igreja teve maior destaque, visível no novo título, *A Natureza e a Missão da Igreja*. Outros comentários expressaram preocupação com o uso de duas

---

<sup>93</sup> *Encyclical Letter Ut Unum Sint of the Holy Father, John Paul II, on Commitment to Ecumenism*, Rome, Libreria Editrice Vaticana, 1995, §89.

<sup>94</sup> *The Nature and Mission of the Church: A Stage on the Way to a Common Statement*, Faith and Order Paper 198, Geneva, WCC, 2005. *A Natureza e a Missão da Igreja: Um Passo Rumo a Uma Declaração Conjunta*, São Leopoldo, Sinodal, 2009.

palavras – *natureza* e *missão* – alegando elas poderiam obscurecer o fato de que pela sua própria natureza a Igreja é missionária. Para assistir o Grupo de Trabalho em Eclesiologia na avaliação das respostas, o secretariado da Comissão preparou sumários detalhados e análises iniciais das diferentes respostas.

A avaliação de *A Natureza e a Missão da Igreja* passou por três etapas importantes. A primeira foi a reunião da Comissão Plenária de Fé e Ordem, com 120 membros representando várias igrejas, ocorrida em Creta, Grécia, em outubro de 2009. Compareceram a essa reunião muitas pessoas que participavam de Fé e Ordem pela primeira vez. A reunião foi planejada para maximizar a contribuição dos participantes aos três projetos de estudo em curso e, dentre eles, particularmente o estudo sobre eclesiologia. Algumas sessões plenárias foram dedicadas à avaliação de “*A Natureza e a Missão da Igreja*”.<sup>95</sup> A Comissão Plenária decidiu que o texto deveria ser mais breve, mais contextual, mais expressivo da vida das igrejas e mais acessível a um número maior de leitores. Doze grupos de trabalho discutiram *A Natureza e a Missão da Igreja* e produziram avaliações detalhadas do texto.<sup>96</sup>

A segunda etapa ocorreu em Santo Etchmidzin, Armênia, em junho de 2010. Depois de examinar cuidadosamente as respostas a *A Natureza e a Missão da Igreja* e as avaliações produzidas na reunião da comissão Plenária em Creta, a Comissão de Fé e Ordem decidiu que tinha chegado a hora de começar a revisão final. Foi nomeado um Comitê de Redação com teólogos e teólogas das tradições anglicana, católica, luterana, metodista, ortodoxa e reformada. Uma teóloga metodista e um teólogo ortodoxo foram apontados como moderadores.

A terceira etapa foi uma reunião realizada em Aghia Napa, jurisdição da Santa Arquidiocese de Constantia, Chipre, em março de 2011. A Comissão de Fé e Ordem estava ciente de que a ausência de resposta substancial proveniente de igrejas ortodoxas e ortodoxas orientais constituía importante lacuna. Uma importante consulta interortodoxa foi organizada com a participação de quarenta teólogos representando oficialmente dez igrejas ortodoxas e três igrejas ortodoxas orientais. A consulta produziu uma avaliação detalhada de *A Natureza e a Missão da Igreja*. Uma das sugestões mais importantes foi integrar mais claramente o material sobre batismo, eucaristia e ministério à seção sobre o que é essencial à vida da Igreja. A consulta e seu relatório foram um elemento importante da reunião seguinte do Grupo de Trabalho sobre Eclesiologia e cumpriram um papel ímpar no processo que levou à nova versão.

---

<sup>95</sup> Ver John Gibaut (ed.), *Called to Be the One Church: Faith and Order at Crete*, Geneva, WCC, 2012, 147-193.

<sup>96</sup> *Ibid.*, 207-231.

A análise aprofundada das respostas continuou na primeira reunião do Comitê de Redação, em Genebra em novembro de 2010. O processo teve novo ímpeto depois da consulta interortodoxa do começo de março de 2011. Nesse mesmo mês, o Grupo de Trabalho sobre Eclesiologia se reuniu em Columbus, Ohio (EUA), e produziu uma nova versão do texto. Ela foi submetida à Comissão Permanente de Fé e Ordem em Gazzada, Itália, em julho de 2011. Muitos comentários de membros da Comissão, quase sempre favoráveis, foram recebidos. Eles sugeriam, por outro lado, que o texto desse mais ênfase aos progressos já alcançados rumo a maior convergência em áreas como ministério, exemplificados em declarações conjuntas bilaterais, ou na área do batismo, atestados pelo recente texto da Comissão de Fé e Ordem *One Baptism: Towards Mutual Recognition (Um Só Batismo: A Caminho do Reconhecimento Mútuo)*.

Em resposta a essas sugestões certas formulações foram reforçadas e apoiadas por notas de rodapé que dão substância ao progresso alcançado rumo a convergência. Depois disso, outra versão foi preparada pelo Comitê de Redação no Instituto Ecumênico de Bossey, Suíça, em dezembro de 2011. Ela foi muito enriquecida pela contribuição do secretariado da Comissão de Missão Mundial e Evangelização do CMI. A nova versão foi submetida a quatro especialistas exteriores ao processo para nova avaliação. As sugestões que eles fizeram foram incorporadas ao texto e apresentadas ao Grupo de Trabalho sobre Eclesiologia em reunião realizada em Freising, Alemanha, no fim de março de 2012. Baseado nas discussões e reações ao texto resultantes dessa reunião, o Grupo de Trabalho chegou a uma versão final a ser submetida à Comissão Permanente de Fé e Ordem.

Em Penang, Malásia, no dia 21 de junho de 2012, o texto final foi submetido à Comissão Permanente que o aprovou por unanimidade como uma declaração de convergência com o título *The Church: Towards a Common Vision (A Igreja: Uma Visão Ecumênica)*. O presente texto deixa de ser uma etapa rumo a uma declaração conjunta. Ele é a declaração conjunta para a qual suas versões anteriores – *The Nature and Purpose of the Church (A Natureza e o Propósito da Igreja)* e *The Nature and Mission of the Church (A Natureza e a Missão da Igreja)* – apontavam. Ele conclui uma etapa da reflexão de Fé e Ordem sobre a Igreja.

A Comissão acredita que o texto alcançou um grau de maturidade que o qualifica como texto de convergência, um texto com o mesmo status e caráter de *Batismo, Eucaristia e Ministério* de 1982. Por isso, ele está sendo enviado às igrejas como um ponto comum de referência para que elas verifiquem ou descubram convergências eclesiológicas entre si e, desse modo, sirva para que elas prossigam na jornada rumo à manifestação da unidade pela qual Cristo orou. O Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas, reunido em Creta, Grécia, no começo de setembro de



2012, recebeu *The Church: Towards a Common Vision (A Igreja: Uma Visão Ecumênica)* e o recomendou às igrejas para estudo e resposta formal.